



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO 2016

28 - Relatório de gestão

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2016

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como principal finalidade prestar informação adicional às demonstrações financeiras por parte da Câmara Municipal, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação dos dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos à execução do ano económico de 2016.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório alguns dos quadros e gráficos que melhor podem estabelecer o enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2016, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Este enquadramento deve, desde logo, considerar algumas circunstâncias concretas e influenciadoras da situação transposta dos documentos de prestação de contas, como sejam:

1. A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas.
2. O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma completamente ampla o património real do Município, não obstante o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de dar continuidade ao processo de valorização de todos os elementos do ativo.
3. A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que no ano de 2016 se manteve uma vez mais abaixo dos montantes obtidos em anos anteriores de maior atividade de investimento, uma vez que, tendo havido um enorme esforço em matéria de preparação de projetos e de submissão de candidaturas, estas não refletem ainda uma atividade efetiva neste período de vigência do Portugal 2020 em termos de desenvolvimento de projetos concretos de investimento e de recebimento de participações.
4. Dada a sua natureza integralmente pública e sem carácter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da afirmação com Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade.

As propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação essencial a concentração da energia do novo executivo em quatro vetores:

Em primeiro lugar, manter com grande convicção a postura de sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, seja através da obtenção de mais ganhos de eficiência nas diversas áreas e de escolha das opções mais vantajosas do ponto de vista do interesse económico do Município.

Em segundo lugar consolidar a orientação de políticas para apoio às camadas mais desfavorecidas da população, através do fomento da empregabilidade e do apoio às principais carências manifestadas pelas famílias em matéria de condições de habitabilidade, apoio à primeira infância e incentivos à frequência do ensino superior.

Em terceiro lugar manter um grande foco nas matérias relacionadas com os instrumentos de gestão territorial e com os mecanismos vocacionados para apoiar e definir o desenvolvimento estratégico do território municipal, tendo por base essencial o Plano Diretor Municipal em vigor, mas também o bom aproveitamento dos elevados investimentos municipais realizados em ordem ao apetrechamento dos serviços municipais com meios tecnológicos de elevada utilidade, designadamente os referentes ao projeto SIG - Sistemas de Informação Geográfica.

Em quarto lugar, centrar as principais energias de todos os responsáveis e unidades orgânicas no alinhamento com a política de investimentos do Município e a sua articulação com o novo envelope financeiro através do Portugal 2020, seja através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, seja pela via do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, seja ainda pelo acesso aos diferentes programas setoriais, como é principal exemplo o POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso de Recursos.

A realização do ano económico do 2016, como adiante se verificará com o devido detalhe, respeitou e acompanhou estas preocupações essenciais, designadamente nas diligências que foram sendo realizadas junto das instituições regionais e nacionais na procura dos melhores apoios e compromissos para as causas em que nos empenhámos, de tal modo que essas preocupações essenciais foram sendo sempre incorporadas em todos os momentos de decisão e planeamento do futuro, embora não descuidando nunca as circunstâncias excecionais e todas as situações imponderáveis que em cada momento são colocadas perante os responsáveis autárquicos.

O presente Relatório, bem como os documentos de prestação de contas que o acompanham, demonstram que tais propósitos foram substancialmente atingidos e sem prejuízo do necessário clima de consenso e concertação permanentes entre a generalidade dos agentes políticos, uma vez que os propósitos serão sempre os de melhor servir o interesse público municipal e do desenvolvimento económico e social.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

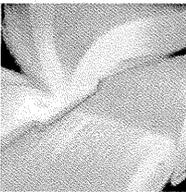
CÂMARA MUNICIPAL

VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Munição, da Inovação e da Pró-atividade.



Objetivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:
Desenvolver uma nova cultura organizacional
Melhorar a relação Organização – Munição
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
Simplificar e desburocratizar procedimentos
2. Valorização dos Recursos Humanos:
Promover a formação dos trabalhadores
Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais
Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos
3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:
Implementar e melhorar a rede de infraestruturas
Promover o desenvolvimento turístico
Melhorar o apoio social
Adequar a oferta educativa às necessidades do Município
Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.

ly
of
k
B
P
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2016 as seguintes participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2015)	Resultado Líquido (Exercício 2015)	Particip. Social	Saldo Final
				%	
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA	636 337,85 €	48,30 €	0,36%	5 000,00 €
41132	Município-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3 326 944,70 €	7 836,67 €	0,16%	4 985,01 €
41133	Matadouro Regional da Beira Serra, SA	904 540,30 €	-325 027,28 €	2,22%	24 000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9 980,00 €
41135	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	357 370 309,02 €	15 788 760,06 €	0,27%	459 315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	971 769,53 €	23 827,96 €	0,40%	1 500,00 €
41137	BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação c)	3 259 735,42 €	8 792,30 €	44,00%	7 000,00 €
4122	FAM-Fundo de Apoio Municipal	b)			683 812,57 €
a) - Informação não disponível b) A subscrição ocorre durante o ano de 2015 e seguintes c) De 2015					1 195 592,58 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e integra, na qualidade de associado, a ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, a ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e a Associação Geopark Estrela.



No âmbito das entidades intermunicipais e para além da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portuguesas e suas secções, o Município está também integrado na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e na CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em cujo Conselho Intermunicipal o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ocupa uma das vice-presidências.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2016 registou um crescimento da economia mundial de 3,1%, idêntico ao que se havia verificado no ano de 2015, sendo relevante que as principais economias tenham evidenciado uma ligeira redução face ao crescimento do ano anterior, com particular destaque para a Zona Euro, os Estados Unidos e o Japão que, tendo crescido na transição de 2014 para 2015, voltaram a crescer em 2016, mas abaixo da taxa de crescimento do ano anterior. Pelo contrário, o Reino Unido, que já tinha descido no ano anterior na comparação com a taxa de crescimento do PIB em 2014, voltou a descer em 2016. No grupo das principais economias emergentes e após as descidas acentuadas iniciadas em 2011, China e África do Sul mantiveram-se em queda da respetiva taxa de crescimento enquanto que Índia, Brasil e Rússia corrigiram ligeiramente a trajetória.

Em Portugal o crescimento do PIB atingiu 1,3%, ficando abaixo da média da zona euro (1,6%), mas evidenciando melhorias nalguns dos principais indicadores que concorrem para a formação do PIB, que apontam para um caminho de recuperação e crescimento económico sustentável nos próximos anos.

Desde logo, o consumo público com 1,0% (+ 0,2%) e a diminuição das importações, que passaram de 8,2% para 3,5%. Em sentido contrário, as exportações ficaram em 3,7% (- 2,4%), o consumo privado em 2,1% (- 0,5%) e a taxa de poupança que reduziu de 7,0% em 2015 para 5,0% em 2016.

O desemprego desceu, na zona euro, de 11% para 10,5%, mas mantém-se ainda em valores altos, com grande contributo dos níveis de desemprego em Espanha, Grécia, Portugal e Itália, que já ultrapassou o nosso país. Porém todos os países registam alinhamento com a tendência de decréscimo iniciada em 2013. Em Portugal, o valor situou-se em 11,0%, reduzindo do valor final de 12,4% de dezembro de 2015, manifestando também uma trajetória de decréscimo que terá continuidade nos próximos anos.

Verificou-se, portanto, uma confluência de fatores nem todos positivos, que determinaram a existência de uma dificuldade na consolidação de um processo evolutivo da economia nacional, que só na parte final do ano de 2016 se inverteu num sentido mais favorável. O menor crescimento do consumo privado, o valor anormalmente baixo do investimento público, alguma hesitação na implementação de investimento privado por insegurança relativamente à estabilidade política e o comportamento instável das exportações, marcaram a primeira metade do ano, condicionando os dados de todo o exercício, apesar de alguma recuperação dos indicadores no segundo semestre, apoiada também na maior entrada de fundos na economia nacional por via da realização concreta de maiores investimentos participados por fundos comunitários. Ou seja, com o maior incremento que o Portugal 2020 vai introduzir no ano de 2017 e seguintes, espera-se uma melhoria da nossa capacidade competitiva, através da concretização de infraestruturas, do acréscimo tecnológico, do apoio concreto ao investimento privado, à formação e qualificação dos portugueses e à modernização administrativa.

Apesar de tudo, inverterem-se no ano de 2016 algumas tendências de âmbito sociológico que se vinham registando no anos anteriores, como sejam os despedimentos coletivos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

em algumas empresas de elevada incorporação de mão-de-obra, os fenómenos da emigração e, sobretudo, da emigração de ativos qualificados e o número elevado de insolvências de empresas.

Na perspetiva social, continuam visíveis alguns casos de pobreza, alguns que se manifestaram pela primeira vez, outros decorrentes do elevado número de população inativa que transitou para o período em que já não tem direito aos apoios sociais por desemprego, e de desemprego simultâneo de ambos os membros do agregado familiar, e aos quais tem sido possível, quando devidamente sinalizados, prestar o apoio possível por parte dos meios de intervenção de que o Município dispõe para este tipo de situações, sempre na lógica do apoio financeiro ou outro convertido em trabalho de interesse social.

Ainda assim, a realidade local, não sendo alheia aos impactos dum contexto nacional ainda muito marcado pela crise, manifesta algumas melhorias, designadamente ao nível da forte redução do desemprego, mas também por efeito da ação direta do Município junto das situações concretas que lhe são possíveis de identificar e às quais tem alocado apoios diversos, consoante a natureza das necessidades.

Ao nível interno do próprio município, verifica-se que pelo segundo ano consecutivo se verificou uma contenção financeira, sobretudo ao nível da capacidade de realização de investimentos públicos, a qual é, uma vez mais, consequência do atraso que afetou todo o início e o arranque do Portugal 2020. O ano de 2016 foi essencialmente marcado a este nível pela preparação em concreto das operações e dos investimentos a levar a efeito durante o período de vigência do Portugal 2020, durante o qual foram já possíveis de iniciar alguns dos investimentos incluídos nos documentos estratégicos nos quais assenta a abordagem do Município a esta fonte essencial de financiamento, mas em que ação municipal relativa à maioria dos investimentos a realizar se centro na preparação dos projetos de execução e organização dos procedimentos de contratação pública.

Veremos, mais adiante e com maior detalhe, informação concreta relativamente à posição atual do Município em matéria de acesso aos fundos comunitários mas, não deve deixar de realçar-se, desde já, que em matéria de saneamento básico, por exemplo, foram apresentadas candidaturas cujos investimentos ascendem a cerca de 2 milhões de euros e que envolvem a rede de abastecimento de água a Parceiro, Covão e Alentejo e os Sistemas de Águas Residuais, incluindo ETAR's em Chamusca da Beira, Póvoa das Quartas, Galizes, Vilela, Negrelos, Póvoa de São Cosme, Seixas, Vale Torto, Lourosa e Chão Sobral. Todas as operações se encontram aprovadas e em fase de preparação dos respetivos procedimentos de contratação pública, tendo em vista a sua realização ainda durante o ano de 2017.

Em matéria de investimentos integrados no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, encontra-se já aprovada e em plena realização a operação relativa à Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos que, não obstante a inevitável perturbação que a realização da empreitada traz para a harmonia da Cidade, vai conferir outra qualidade urbana à parte norte da Cidade e àquela que é uma das suas principais vias de entrada no miolo urbano.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita aos investimentos que o Município conseguiu incorporar no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, estão em execução a “Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes”, a “Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela”, as “Ruínas Romanas da Bobadela e Apetrechamento do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial” e a “Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira”.

Ou seja, estão criadas as bases essenciais para que os próximos anos voltem a registar e a comprovar a excelente capacidade de aproveitamento do Município no acesso aos fundos comunitários e a elevada performance na concretização efetiva dos investimentos.

Não obstante, o ano de 2016 não evidenciou ainda dinâmica; pelas razões já apontadas atrás, de tal modo que, em termos de execução orçamental, se verificou até uma ligeira diminuição nalguns dos seus principais valores. Por exemplo, as receitas registaram uma diminuição de 135.225,29 € (- 0,87%), não obstante o ligeiríssimo crescimento verificado nas receitas correntes, de apenas 0,33%. A despesa acompanhou a situação conjuntural de decréscimo face ao ano anterior, com menos 847.486,17 € (- 5,92%), porém, sem que daí tenha resultado diminuição da capacidade de satisfação dos interesses legítimos e das necessidades básicas das populações, seja ao nível da prestação de serviços públicos essenciais, da manutenção das infraestruturas e equipamentos públicos, do apoio às instituições que prestam serviços de interesse geral e coletivo e, bem assim, das respostas às ainda elevadas situações de privação das camadas mais desfavorecidas, ao nível de bens alimentares, de vestuário, de condições de habitabilidade e outros.

A situação financeira da autarquia não é, portanto, diferente da que se tem registado nos últimos exercícios, onde se destaca uma tendência de redução das suas receitas e, naturalmente, das suas despesas, situação que o ano de 2016 veio mais uma vez confirmar. Em termos globais as receitas de 2016, muito próximas das verificadas em 2015, equiparam-se à média registada nos anos de 2008 e 2009, tal como acontece nas despesas, cujo valor conseguido é muito próximo do registado no ano de 2007.

A situação das receitas é, ainda assim, menos desfavorável do que a verificada nas despesas, por efeito da incorporação de um saldo de gerência do ano anterior, num valor bastante elevado de 1.323.042,80 €, o qual acabou por compensar ligeiramente algumas reduções mais acentuadas nas receitas, como foram os casos do IMI com -151.071,27 €, e as transferências de capital, com -787.275,37 €.

Por fim, no que se refere aos resultados obtidos ao nível das taxas de realização dos documentos previsionais, designadamente GOP's e Orçamento, verificaram-se respetivamente, as taxas de 80,07% para as GOP's e de 81,25% para o Orçamento, as quais melhoraram substancialmente em comparação com desempenhos anteriores, sendo, também elas, motivo de satisfação para os atuais responsáveis municipais face à conjuntura económica nacional desfavorável e aos condicionamentos próprio da atividade dos municípios, por força das circunstâncias já antes invocadas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e a proteção dos respetivos direitos num contexto de crise, têm feito parte das prioridades do executivo em permanência ao longo dos últimos anos, procurando sempre proporcionar as melhores formas que, no atual contexto legal e dentro das limitações orçamentais existentes, permitam qualificar, motivar e dirigir os recursos humanos da autarquia em ordem ao bom funcionamento e à melhoria contínua na prestação de serviços às populações e na resposta às solicitações e expectativas dos cidadãos.

Quando o referido contexto legal e as circunstâncias do momento atual continuam a não permitir a motivação dos colaboradores através das recompensas pela via remuneratória, não obstante a ligeira recuperação ao nível da progressiva eliminação dos cortes remuneratórios que tinham sido aplicados aos trabalhadores em funções públicas, foram sendo adotados outros mecanismos visando a aproximação dos trabalhadores aos objetivos e às causas que movem todos os responsáveis e agentes ao serviço do desenvolvimento do concelho.

Estabilizada que foi a estrutura orgânica da Câmara Municipal e feitos os necessários ajustamentos desta em termos de adaptação ao novo paradigma de responsabilidades e desafios com que se confrontam atualmente as autarquias locais, nomeadamente em matéria de posicionamento perante os meios de financiamento externo, fixou-se um objetivo de adequar a estrutura de recursos humanos da autarquia às reais necessidades que esta revela, em coerência, não apenas com os objetivos e desígnios a concretizar, mas também com as concretas disponibilidades financeiras disponíveis para esse fim.

O ano de 2016 marca, assim, uma ligeira inflexão no percurso de diminuição no número de trabalhadores que se vinha registando nos anos anteriores e que, por esta e pelas outras razões acima apontadas, se repercutiu também no volume global de encargos com pessoal, que registou uma ligeira subida, apesar da postura de contenção a que esta área tem sido sujeita no contexto das macro-decisões da Câmara Municipal.

Os quadros seguintes revelam precisamente a posição da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos no final do ano de 2016, destacando-se desde logo, na comparação com o ano de 2015, o crescimento geral do número de trabalhadores, que passou de 205 para 2015, por efeito do aumento em 10, dos contratos a termo resolutivo certo.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO									
		Dirigentes-Superior	Dirigentes-Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M		2					4	6
	F		1						1
Contrato por tempo indeterminado	M			8	12	72	1	5	98
	F			11	21	65		2	99
Contrato por termo resolutivo certo	M			1		7			8
	F					3			3
Contrato por tempo resolutivo incerto	M								
	F								
Outra	M								
	F								
Soma	M		2	9	12	79	1	9	112
Soma	F		1	11	21	68		2	103
TOTAL			3	20	33	147	1	11	215



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores é agora de 215, sendo 108 homens e 97 mulheres. É também de salientar que, mesmo com o crescimento verificado em 2016, há que salientar a redução de 77 elementos desde 2009, ano em que a contagem total era de 292 trabalhadores, estando nas razões desta redução várias situações como aposentação, mobilidade externa, cessação de contratos de trabalho em funções públicas a termo e outras.

De salientar ainda que, tendo o aumento de trabalhadores ocorrido em relação ao número de contratos a termo resolutivo certo, que passou de apenas 1 em 2015 para 11 em 2016, todos eles se referem a cargo-categoria de assistentes operacionais, tendo-se destinado a suprir necessidades efetivas que se registavam em algumas áreas de atividade da Câmara Municipal, como sejam os serviços externos e a área da educação.

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 2.815.517,37 €, com um aumento de 46.337,54 € face ao ano de 2015, o que em termos relativos representa apenas 1,67%.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO DE 2016		VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	
Total de Encargos		Valor	2015	2014	2013	2012	2011
Remunerações base		2 045 438,59 €	2 009 091,33 €	2 006 150,03 €	2 086 184,00 €	2 282 361,96 €	2 432 187,28 €
Suplementos remuneratórios		97 176,05 €	97 342,02 €	96 189,04 €	102 732,70 €	117 870,36 €	73 892,39 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	3 207,74 €						
Trabalho normal noturno							
Trabalho em dias de descanso semanal, compl.e feriados	28 879,03 €						
Disponibilidade permanente							
Outros regimes especiais de prestação de trabalho							
Risco, penosidade e insalubridade							
Fixação na periferia							
Trabalho por turnos							
Abono para falhas	3 329,01 €						
Participação em reuniões							
Ajudas de custo	26 101,25 €						
Representação	35 659,02 €						
Secretariado							
Outros suplementos remuneratórios							
Prémios de desempenho							
Prestações sociais:		242 639,00 €	235 139,98 €	238 998,55 €	249 057,01 €	256 582,73 €	294 179,00 €
Abono de família	28 103,79 €						
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	7 563,71 €						
Subsídio de educação especial	1 758,92 €						
Subsídio mensal vitalício							
Subsídio de refeição	198 392,74 €						
Subsídio de funeral	213,86 €						
Subsídio por morte							
Benefícios sociais	6 605,98 €						
Outras prestações sociais							
Outros encargos com pessoal		430 263,73 €	427 606,50 €	426 699,62 €	435 969,65 €	606 943,92 €	489 459,93 €
TOTAL DE ENCARGOS		2 815 517,37 €	2 769 179,83 €	2 768 037,24 €	2 873 943,36 €	3 263 758,97 €	3 289 718,60 €

Numa comparação mais alargada, verificou-se uma diminuição de 14,41% em comparação com o ano de 2011, equivalente a -474.201,23 €, sendo de referir que estes montantes incluem como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos e membros dos gabinetes de apoio.

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro permite desde logo concluir que a redução operada no ano de 2013 foi a mais significativa, tendo atingido quase 12%, a qual foi reforçada em 2014 com uma nova redução de 4%, cujos valores estabilizaram no ano de 2015, em montantes praticamente idênticos aos de 2014, quer ao nível das remunerações base, quer também em suplementos remuneratórios, em prestações



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

socials e em outros encargos com pessoal e que corrigiram ligeiramente em 2016, apenas ao nível das remunerações base, por efeito da redução, já referida, nos cortes salariais.

Tal como no exercícios mais recentes, o ano de 2016 evidenciou a responsabilidade social do Município em matéria de aplicação de políticas de estímulo à empregabilidade, de combate ao desemprego de longa duração e à situação de pobreza e precariedade, de tal modo que foi realizado um investimento 162.906,94 € durante o ano de 2016, em programas e medidas de apoio ao emprego com financiamento por parte do IEFP, IP, que comprova exatamente essa preocupação social por parte da Câmara Municipal relativamente à situação de desemprego que continua a afetar uma larga camada da população ativa, mas também, a afetação de recursos próprios do Município a correção de desequilíbrios da qual indiretamente resulta ainda a injeção de meios financeiros na economia local.

Procura-se, desta forma, promover o máximo aproveitamento possível das oportunidades de financiamento externo e não reembolsável que os programas e medidas de apoio pelo IEFP podem proporcionar e, ao mesmo tempo, aliviar as situações de precariedade económica e de desintegração social que muitas famílias de desempregados enfrentam ainda no nosso território e, ainda assim, colocar esses recursos na economia local, uma vez que os mesmos são, na sua generalidade, destinados ao consumo privado e à satisfação de necessidades básicas das famílias beneficiárias das medidas e programas.

Importa destacar a este propósito que, neste âmbito, foram apoiadas diretamente pela Câmara Municipal 74 famílias, com um encargo total de 162.906,94 € e que proporcionaram o recebimento de 63.196,23 €, valor de apoio todo ele transferido pelo IEFP, IP para o município e por este injetado na economia local, com proveitos para a atividade económica em geral, a uma média de 854,00 € por família apoiada. Dessa diferença resultou um encargo líquido para o município de cerca de 100 mil euros no ano de 2016, equivalente a 1.347,44 € / ano / família.

Retomando a análise aos recursos humanos propriamente ditos, apresentam-se em seguida alguns dados relevantes quanto à estrutura com que foi concluído o ano de 2016. Em primeiro lugar, apresenta-se o quadro de contagem de trabalhadores por cargo-categoria, segundo o nível de escolaridade, do qual se realça a tendência de crescimento no número de trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados, designadamente os possuidores de formação académica superior, bem como daqueles de melhoraram as suas qualificações pela via dos percursos de dupla certificação. Verifica-se que os trabalhadores com qualificação igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade representam já 42% do total de trabalhadores, sendo que na diferenciação por géneros, a mesma proporção nas trabalhadoras do género feminino é de 52,5%. Com grau de licenciatura ou superior, a proporção de trabalhadores é de 15%, sendo de 13,5% nos trabalhadores do género masculino e de 17,5% do lado das mulheres. Quanto à desagregação por cargos-carreiras profissionais, continua a ser maioritária a proporção de trabalhadores na carreira de assistente operacional, com 68%, dentro dos quais 53,7% são homens e 46,3% são mulheres, dados que são consequência direta da natureza das funções e atividades a que o Município está obrigado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes Superior	Dirigentes-Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M								
	F								
4 anos de escolaridade	M					34			34
	F				1	17			18
6 anos de escolaridade	M					19		1	20
	F					7			7
9.º ano ou equivalente	M				1	17		1	19
	F				1	16			17
11.º ano	M				1	1		1	3
	F				3	4			7
12.º ano ou equivalente	M				9	8	1	3	21
	F				15	21			36
Bacharelato	M								
	F								
Licenciatura	M		2	8	1			3	14
	F		1	11	1	3		2	18
Mestrado	M			1					1
	F								
Doutoramento	M								
	F								
Soma	M		2	9	12	79	1	9	112
Soma	F		1	11	21	68		2	103
TOTAL			3	20	33	147	1	11	215

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a seguinte:

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO									
		Dirigentes Superior	Dirigentes-Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M								
	F								
Entre 20 e 24 anos	M								
	F								
Entre 25 e 29 anos	M								
	F								
Entre 30 e 34 anos	M				3	2			5
	F			1	1	4			6
Entre 35 e 39 anos	M			1	2	3		1	7
	F			4		9			13
Entre 40 e 44 anos	M			4	1	6	1	2	14
	F		1	1	4	11			17
Entre 45 e 49 anos	M			1	1	10		1	13
	F			4	6	14		1	25
Entre 50 e 54 anos	M		1		1	22		3	27
	F				5	12			17
Entre 55 e 59 anos	M		1	1	3	25		2	32
	F			1	4	13		1	19
Entre 60 e 64 anos	M			2	1	8			11
	F				1	5			6
Entre 65 e 69 anos	M					3			3
	F								
Com 70 anos ou mais	M								
	F								
Soma	M		2	9	12	79	1	9	112
Soma	F		1	11	21	68		2	103
TOTAL			3	20	33	147	1	11	215

Quanto aos trabalhadores portadores de deficiência, a respetiva contagem mantém um total de 11 trabalhadores a qual evidencia uma clara opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, que caracteriza esta autarquia em matéria de recursos humanos e que se estende ainda à permanente disponibilidade para a integração de portadores de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

deficiência em estágios curriculares após obtenção de qualificação, designadamente em áreas de jardinagem, e em projetos apoiados por outras medidas do IEFP, designadamente contratos emprego-inserção+.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M		1		1	3			5
Soma	F				1	5			6
TOTAL			1		2	8			11

Para além do cumprimento de uma obrigação legal, a Câmara Municipal mantém um grande empenhamento na oferta de soluções de valorização profissional dos trabalhadores municipais, sendo-lhes frequentemente proporcionadas oportunidades de participação em ações de formação em diversas áreas, de acordo com os dados que constam do quadro seguinte e que se alargarão em breve na sequência de uma parceria estabelecida para o efeito com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte:

CONTAGEM DE PARTICIPAÇÕES E HORAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	Num	2,00		1,00	4,00	2,00	1,00		10,00
	Hor		32,00	16,00	64,00	32,00	16,00		160,00
Externas	Num	6,00		2,00	3,00			1,00	12,00
	Hor		56,00	14,00	28,00			7,00	105,00
Soma de Número de Participações		8,00		3,00	7,00	2,00	1,00	1,00	22,00
Soma de Horas dispendidas			88,00	30,00	92,00	32,00	16,00	7,00	265,00

Esta prática é indispensável à permanente melhoria dos procedimentos técnicos e administrativos e à correta adaptação às constantes mudanças no contexto legal e regulamentar que nos cerca, sendo transversal a todos os níveis funcionais e de responsabilidade, como se pode observar no respetivo quadro.

Quanto às entradas e saídas de trabalhadores, a situação ocorrida no ano de 2016 encontra-se transcrita nos quadros seguintes:

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M			1		7			8
	F					8			8
Regresso de Licença	M								
	F			1					1
Outras situações	M			1		2			3
	F					1			1
Soma	M			2		9			11
Soma	F			1		9			10
TOTAL				3		18			21

É relevante neste quadro o facto de, do total de 21 entradas, apenas 10 corresponderem a entradas efetivas por via da celebração de contratos a termo resolutivo certo, sendo as restantes entradas relacionadas com outras situações, onde se incluem regressos ao serviço após 6 meses de ausência e designações para função de categoria superior de titulares de vínculos já pré-existentes com o Município.

No caso de saídas, num total de 11, houve 1 por cessação da comissão de serviço, 1 por falecimento, 6 por aposentação e 3 por outras situações, designadamente as ausências



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

superiores a 6 meses ou por efeito de mobilidade.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Cessação da Comissão de Serviço	M		1						1
	F								
Morte	M					1			1
	F								
Reforma/Aposentação	M					4			4
	F					2			2
Outras situações	M						1		1
	F			1		1			2
Soma	M		1			5	1		7
Soma	F			1		3			4
TOTAL			1	1		8	1		11

Como é sabido, estes movimentos de recursos humanos têm sido fortemente condicionados pelas restrições impostas através do Orçamento de Estado, das quais têm resultado alguns condicionamentos relativamente à operacionalidade dos serviços municipais, designadamente nos serviços externos, os quais têm sido minimizados com a integração de trabalhadores desempregados através das medidas de apoio disponibilizadas pelo IEFP, IP, de acordo com as respetivas competências e experiências profissionais e, quando necessário, com o recurso ao trabalho extraordinário.

No que respeita aos encargos com horas extraordinárias, a situação ocorrida no ano de 2016 é a seguinte:

VALORES PAGOS EM HORAS EXTRAORDINÁRIAS									
		VALOR 2016	VALOR 2015	VALOR 2014	VALOR 2013	VALOR 2012	VALOR 2011	VALOR 2010	VALOR 2009
Em dias de descanso semanal obrigatório	M	13 531,12 €	11 934,87 €	11 668,14 €	11 100,75 €	12 558,50 €	20 771,98 €	34 360,00 €	10 140,93 €
	F	79,82 €	213,77 €	62,37 €	105,45 €		293,40 €		
Em dias de descanso semanal complementar	M	12 974,24 €	10 284,49 €	11 026,44 €	14 426,31 €	25 417,83 €	44 034,76 €	45 004,00 €	46 740,95 €
	F		69,04 €			453,22 €		366,00 €	
Em feriados	M	1 685,30 €	1 623,87 €	1 712,08 €	2 609,47 €	2 475,75 €	4 438,79 €	6 650,00 €	7 526,37 €
	F		46,05 €		80,73 €	203,48 €			
Trabalho extraord. nocturno	M	608,55 €	2 608,17 €	311,32 €	679,00 €	1 046,00 €			2 265,00 €
	F		302,47 €		19,32 €	29,00 €			
Trabalho extraord. diurno	M	3 189,42 €	2 039,43 €	2 967,60 €	4 592,95 €	8 270,00 €	7 530,00 €	9 113,00 €	1 512,00 €
	F	18,32 €	460,67 €		38,64 €	432,00 €		329,00 €	
Soma	M	31 988,63 €	28 490,83 €	27 685,58 €	33 408,48 €	49 768,08 €	76 775,53 €	95 127,00 €	68 185,25 €
Soma	F	98,14 €	1 092,00 €	143,10 €	163,41 €	1 117,70 €	293,40 €	695,00 €	
TOTAL		32 086,77 €	29 582,83 €	27 828,68 €	33 571,89 €	50 885,78 €	77 068,93 €	95 822,00 €	68 185,25 €
Varição face ao ano anterior		8,46%	6,30%	-17,11%	-34,03%	-33,97%	-19,57%	40,53%	

A leitura do quadro revela que a inversão da tendência de decréscimo de despesa face aos anos anteriores, iniciada em 2015, se mantém em 2016, com um ligeiro aumento dos encargos nesta componente da despesa com o pessoal sendo este aumento mais acentuado nos trabalhadores do género masculino, em virtude da natureza das tarefas a executar em dias de descanso semanal, normalmente as relacionadas com o serviço de piquete do Setor de Águas e Saneamento, a recolha de cartão e monos pelo Setor de Limpeza Pública, o apoio às associações e clubes em transportes com autocarros municipais e o apoio aos eventos da responsabilidade ou com a colaboração da Câmara Municipal.

É de salientar ainda que, na comparação com 2010, o valor registado em 2016 representa apenas 47% do montante de 68.185,25 € que se verificou naquele ano.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução do exercício de 2016 traduz o valor mais baixo desde 1990 em matéria de arrecadação de receitas provenientes de transferências de capital e, portanto, representa o exercício em que, por essa razão, seria de esperar que também o valor de Aquisição de bens de capital, onde se inerem os Investimentos, fosse também o mais baixo neste intervalo temporal. Assim não aconteceu, o que revela que o Município continua a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os compromissos que, com caráter de regularidade, nos são colocados em termos de atividade das instalações e equipamentos públicos, de cumprimento das obrigações e competências legais e de capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica.

Os resultados obtidos demonstram que, apesar do referido acima, foi possível obter em Aquisição de bens de capital um valor de despesa realizada efetiva de 1.393.652,20 €, mais 389.007,60 € (+38,72%) do que o obtido em 2015, apesar do valor em transferência de capital de ter reduzido, de 2015 para 2016, em 787.275,37 € (-45,55%).

É reconhecida a relação diretamente proporcional entre a capacidade de obtenção de financiamentos externos e a aplicação de recursos em investimentos, e era já aguardado o impacto negativo do fim do período final de vigência do QREN na angariação de financiamentos externos por via dos fundos comunitários. Porém, esperava-se que em 2016 houvesse já um efeito de compensação através do início de projetos financiados pelos Portugal 2020 e tal não aconteceu na dimensão aguardada, sobretudo porque o atraso no início deste período de programação se repercutiu decisivamente na abertura de concursos por parte dos programa específicos e territoriais e no desenvolvimento concreto de projetos de investimento.

Daí que a execução do ano de 2016, em matéria de investimentos, consistiu essencialmente na realização de despesa relativa ao início de alguns dos investimentos cujo financiamento já se encontra garantido no âmbito do PEDU e do Pacto do CIM-Região de Coimbra, mas incluiu também outros investimentos cuja realização foi independente da arrecadação de receitas de capital relativas a financiamentos externos.

Para além da execução relativa aos investimentos, a ação municipal tem procurado de forma cada vez mais intensa e competente proceder à implementação de planos de otimização e de poupanças em áreas de gestão corrente, procurando mesmo alocar alguns recursos próprios a esses objetivos ou, como também já foi o caso, apresentar e realizar projetos para obtenção de financiamentos externos tendo em vista o alcance de resultados satisfatórios em termos de eficiência e poupanças em matéria de consumos. São disso exemplo em relação ao ano de 2016 os trabalhos de diagnóstico e avaliação inerentes às necessidades de implementação de medidas de eficiência energética em equipamentos públicos, como e o caso das Piscinas Municipais e que darão brevemente lugar à realização de investimentos, com apoio de fundos comunitários, tal como acontecerá em novas intervenções de eficiência energética na iluminação pública.

No que respeita ao volume de transferências do Orçamento de Estado, o exercício de 2016 confirmou a expectativa quanto a um novo período de recuperação no volume de receitas provenientes do FEF/FSM/Part.IRS, em consequência da nova perspetiva política



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que o Governo Central está a implementar nesta matéria. Apesar de um crescimento incipiente de apenas 1,23%, o volume total de transferências do FEF voltou a crescer face ao exercício anterior, contrastando com um período anterior de quatro anos em que registaram evoluções nulas ou negativas da ordem dos 5% anuais. A variação no FEF/FSM/Part.IRS – Correntes foi 1,23%, enquanto quer a variação verificada no FEF – Capital foi de 1,48%.

Porém, em termos reais e tal como em 2015, o volume total de transferências do FEF, apesar dos acréscimos dos dois últimos exercícios, coloca esta componente essencial da atividade financeira do Município em valores equivalentes aos de 2008, comprovando o forte retrocesso que a que foram forçadas as autarquias locais em matérias de participação no Orçamento de Estado.

Como consequência disso ocorreu em 2015 uma alteração na relação proporcional entre investimentos e transferências de capital, em que o volume de investimentos realizados não foi acima de 76,88% do valor obtido em transferências de capital, a qual, porém, se corrigiu ligeiramente em 2016, tendo a respetiva proporção passado para 130,91%, mais alinhada com o histórico dos últimos anos. Todavia, não se ignora o facto desta proporção se ter obtido muito mais por efeito da enorme redução em transferências de capital, sobretudo as provenientes de fundos comunitários pelas razões já antes indicadas, do que por uma redução no volume de investimentos que, como já foi dito também, até subiu bastante face a 2015.

Neste grupo dos investimentos municipais, importa percorrer a Execução Anual Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2016, retirando daí informação quanto ao grau de realização dos projetos que eram considerados mais relevantes e com efeito estratégico no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Ruínas Romanas da Bobadela e Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial – Este projeto do PPI que faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, cuja candidatura já foi apresentada, incluiu a empreitada inicial destinada às obras de adaptação do edifício, com um valor realizado em 2016 de 23.678,86 €, que se encontra totalmente concluída, com financiamento aprovado no âmbito do POVT pelo valor de 50.693,15 €, mas ainda não totalmente recebido. O Projeto PPI, que na sua globalidade inclui outras intervenções de pequena dimensão, foi concretizado com 98,43% de taxa de execução face à previsão contida no PPI.
- b) Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela – Este projeto do PPI que também faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, cuja candidatura foi igualmente já apresentada, incluiu as despesas inerentes ao projeto de execução com despesa realizada em 2016 no valor de 19.065,00 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

- c) Requalificação e Beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos - Este Projeto PPI corresponde à empreitada com a mesma designação incluída no PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura já se encontra apresentada e aprovada e que em 2016 gerou uma despesa total de 78.100,95 € a que corresponde uma taxa de execução de 82,21% face à respetiva previsão corrigida.
- d) Beneficiação e repavimentação da EM 503-1 – ER230/Lajeosa/EM503 - Este Projeto PPI corresponde à empreitada da II Fase da obra cuja ligação inicial entre a ER 230 e Lajeosa, já tinha sido concluída anteriormente. Não beneficiou de qualquer financiamento externo e representou em 2016 um investimento total de 112.588,38 €, com uma taxa de execução de 98,68% face à respetiva previsão.
- e) Requalificação da Ponte da Adarnela – Este projeto também não beneficiou de qualquer financiamento externo e gerou despesa no ano de 2016 de 49.062,10 €, com uma taxa de execução de 98,20%.

No âmbito das rubricas genéricas, são merecedores de referência outros projetos e ações inseridos no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2016, designadamente os seguintes:

1. O Arranjo Urbanístico de Rotundas, com um nível de execução de 95,25% relativamente ao valor orçamentado, com uma realização em termos absolutos de 38.099,70 €;
2. A Requalificação da Av. Nova em Ervedal da Beira, com um montante de despesa de 16.155,07 €, representando uma taxa de execução de 59,39%;
3. A construção e beneficiação de ETAR's e outros sistemas de tratamento de esgotos, com uma despesa total de 35.764,49 € e com uma taxa de execução de 39,46%;
4. A abertura e conservação de caminhos e estradões florestais, com um investimento que ascendeu a 156.458,31 €, equivalente a 90,70% do montante previsto;
5. A construção, ampliação, beneficiação e manutenção de captações, ETA's, reservatórios e redes de adução e distribuição de água, com uma despesa de investimento de 42.873,40 €, e uma taxa de execução de 71,46% que, tal como em relação aos investimentos feitos na área de saneamento em regime de administração direta, não contempla a despesa corrente inerente a estes investimentos, designadamente a relacionada com pessoal e aquisição de bens e de serviços;
6. A Requalificação da Ilha do Picoto, em Avô, com um investimento realizado de 30.118,84 €, a que corresponde uma taxa de realização de 94,69%;
7. A Requalificação, beneficiação e apetrechamento do Mercado Municipal, tendo em vista a adaptação das instalações para instalação do Call Center, num volume de despesa de 81.550,43 € e com 99,45% de taxa de execução;
8. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e que representam anualmente valores significativos de despesa de capital e que do mesmo modo não inclui as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços correntes, como sejam:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- 8.1 Arruamento, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais – 161.998,98 €; 54,71% de taxa de execução;
- 8.2 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões – 63.225,72 €; 70,33% de taxa de execução;
- 8.3 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais – 2.399,21 €; 15,99% de taxa de execução;
9. O Reordenamento do Estaleiro Municipal, que teve o seu início efetivo em 2016, com uma despesa realizada de 29.025,25 € e uma taxa de execução de 41,46%.

Tendo em conta as referências feitas anteriormente a alguns dos projetos realizados com recurso a financiamentos externos, justifica-se que se proceda à atualização da informação relativa a todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2016, incluídos no período de vigência do QREN, ou seja, entre 2007 e 2013 e que se encontram concluídos na sua plenitude.

O quadro seguinte apresenta, de forma resumida, o nível de acesso do Município de Oliveira do Hospital ao referido período de programação:

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS E EM APROVAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL								
	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%				
Soma APROVADOS	12 772 656,48 €	11 737 405,77 €	10 000 837,56 €	85,205%	12 003 016,40 €	10 019 647,32 €	9 642 101,98 €	190 546,81 €
Programa Operacional Regional do Centro	9 531 414,66 €	8 801 609,24 €	7 473 384,44 €	84,91%	9 126 746,32 €	7 665 781,83 €	7 280 252,76 €	190 546,81 €
Programa Operacional Regional do Centro - Overbooking	809 492,53 €	760 424,55 €	646 360,87 €	85,00%	706 624,72 €	600 631,02 €	600 631,02 €	0,00 €
POVT	728 292,55 €	673 925,29 €	580 819,92 €	86,18%	815 081,21 €	557 100,88 €	565 084,61 €	0,00 €
POVT - Overboking	270 557,72 €	261 137,65 €	221 967,00 €	85,00%	209 300,88 €	177 905,75 €	177 905,75 €	0,00 €
POFC	545 428,37 €	420 328,71 €	357 279,41 €	85,00%	374 018,02 €	315 542,53 €	315 542,53 €	0,00 €
POAT-FEDER	59 040,00 €	29 411,76 €	25 000,00 €	85,00%	29 411,76 €	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €
PRODER - GAL/ADIBER	97 516,92 €	91 997,09 €	55 198,25 €	60,00%	91 982,79 €	55 189,67 €	55 189,67 €	0,00 €
PRODER - Agro Florestal	730 913,73 €	698 571,48 €	640 827,67 €	91,73%	649 850,70 €	622 495,65 €	622 495,64 €	0,00 €
Soma	12 772 656,48 €	11 737 405,77 €	10 000 837,56 €	85,205%	12 003 016,40 €	10 019 647,32 €	9 642 101,98 €	190 546,81 €

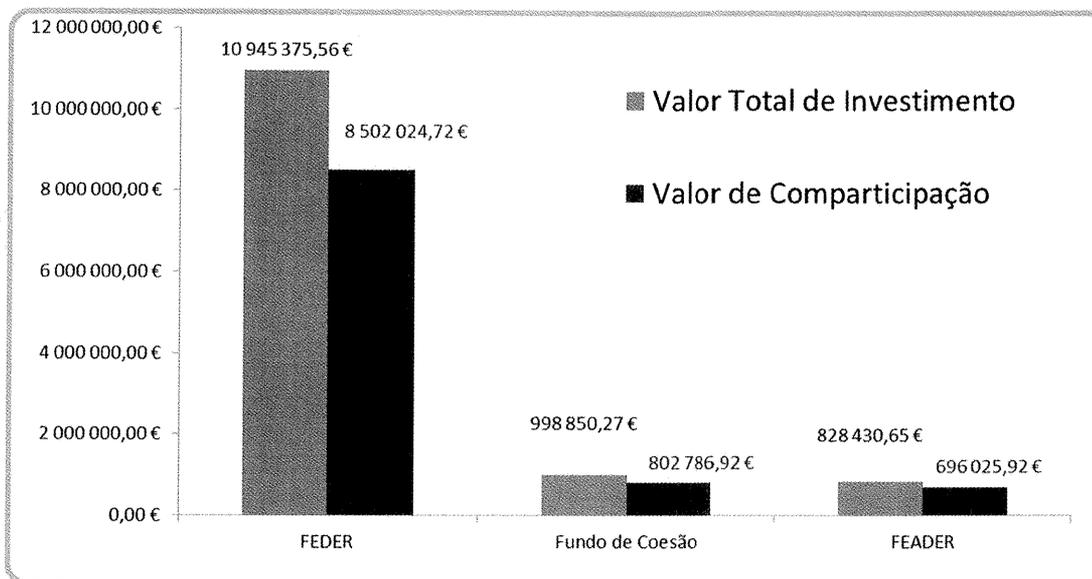
Como se verifica, o nível de acesso do Município ao quadro comunitário que se iniciou em 2007, contemplou um montante de 12,77 milhões de euros de investimento realizado com projetos aprovados no âmbito do quadro comunitário de apoio, bem como o volume total de participações aprovadas que atingiu o valor de 10.000.837,56 €, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, o montante total de participações ainda não recebidas foi de apenas 190.546,81 €, bastante inferior ao valor de 591.549,81 € que se registava em final de 2015.

Trata-se de valores que vão sendo processados a favor do Município à medida em que foram sendo considerados definitivamente encerrados em termos processuais os respetivos projetos financiados e, no final de 2016, apenas 3 projetos se encontravam ainda pendentes de encerramento.

Em complemento da informação já disponibilizada sobre este tema, justifica-se também uma apreciação comparativa entre as diversas fontes de financiamento comunitárias que apoiaram a realização dos investimentos acima identificados. No seu conjunto as intervenções beneficiaram do apoio de três fundos de financiamento comunitário, designadamente o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o FCOES – Fundo de Coesão e o FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL



Do gráfico acima resulta, desde logo, a conclusão de que o FEDER é o fundo com maior contributo nos investimentos municipais realizados com recurso a financiamento externo não reembolsável, no caso, com um valor de 8.502.024,72 € de participações aprovadas. Seguiu-se-lhe o Fundo de Coesão com um montante total de participações aprovadas de 802.786,92 € e, por último, o FEADER com um valor de 696.025,92 € de participações aprovadas.

Em termos relativos, o FEDER representou 85% do total das participações aprovadas a favor dos investimentos realizados pelo Município de Oliveira do Hospital, sendo os restantes 15% repartidos de forma mais ou menos equivalente entre o Fundo de Coesão, com 8% e o FEADER com 7%.

Não obstante os expressivos resultados obtidos no acesso ao QREN agora concluído, não pode deixar de ser salientada a circunstância de que o executivo em permanência tem dedicado uma grande preocupação à definição da estratégia de abordagem ao novo Portugal 2020 e, em particular, ao enquadramento que o Município pode alcançar tanto em relação ao Centro 2020, como no que respeita aos programas temáticos de âmbito nacional.

Desde logo, com a aprovação da candidatura referente ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital está já em curso a Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos e estão em reparação diversos outros projetos incluídos na estratégia global de intervenção e, no que respeita à candidatura global da CIM – Região de Coimbra aos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, estão em curso, na área da Cultura, os projetos referentes às Ruínas Romanas de Bobadela, a “Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela”, as “Ruínas Romanas da Bobadela e Apetrechamento do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial” e a Igreja de São Pedro de Lourosa – Arranjos dos Espaços Envolventes e, na área da saúde, a Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Justifica-se agora uma análise abrangente ao nível de execução das Grandes Opções do Plano e especificamente do Plano Plurianual de Investimentos, razão pela qual se apresentam os seguintes quadros:

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	545 500,00 €	46 570,00 €	-91,46%	23 715,65 €	-22 854,35 €	50,92%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profession.	530 500,00 €	26 560,00 €	-94,99%	7 980,03 €	-18 579,97 €	30,05%
002	Ensino superior	15 000,00 €	20 010,00 €	33,40%	15 735,62 €	-4 274,38 €	78,64%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	929 250,00 €	402 100,00 €	-56,73%	93 366,57 €	-308 733,43 €	23,22%
001	Cultura	806 250,00 €	355 980,00 €	-55,85%	65 911,79 €	-290 068,21 €	18,52%
002	Desporto	123 000,00 €	46 120,00 €	-62,50%	27 454,78 €	-18 665,22 €	59,53%
003	Juventude e Tempos Livres	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
03	Família Solidariedade e Acção Social	220 500,00 €	4 460,00 €	-97,98%	3 201,67 €	-1 258,33 €	71,79%
001	Creches	3 500,00 €	1 310,00 €	-62,57%	1 128,54 €	-181,46 €	86,15%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	1 000,00 €	10,00 €	-99,00%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
003	Outras infra-estruturas de acção social	92 500,00 €	620,00 €	-99,33%	0,00 €	-620,00 €	0,00%
004	Implementação da rede social	5 000,00 €	200,00 €	-96,00%	50,00 €	-150,00 €	25,00%
006	Habituação social	118 500,00 €	2 320,00 €	-98,04%	2 023,13 €	-296,87 €	87,20%
04	Saúde	60 000,00 €	108 600,00 €	81,00%	5 694,90 €	-102 905,10 €	5,24%
001	Extensões de saúde	60 000,00 €	108 600,00 €	81,00%	5 694,90 €	-102 905,10 €	5,24%
05	Habituação e Urbanismo	1 658 720,00 €	271 193,20 €	-83,65%	212 016,38 €	-59 176,82 €	78,18%
001	Habituação	27 000,00 €	210,00 €	-99,22%	0,00 €	-210,00 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	1 000,00 €	2 500,00 €	150,00%	1 850,00 €	-650,00 €	74,00%
003	Iluminação pública	80 000,00 €	19 010,00 €	-76,24%	12 249,66 €	-6 760,34 €	64,44%
004	Urbanização	413 500,00 €	14 210,00 €	-96,56%	0,00 €	-14 210,00 €	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	1 137 220,00 €	235 263,20 €	-79,31%	197 916,72 €	-37 346,48 €	84,13%
06	Saneamento e Salubridade	250 000,00 €	215 333,20 €	-13,87%	87 958,15 €	-127 375,05 €	40,85%
001	Saneamento	240 000,00 €	214 133,20 €	-10,78%	87 508,45 €	-126 624,75 €	40,87%
002	Higiene pública	7 500,00 €	700,00 €	-90,67%	424,99 €	-275,01 €	60,71%
003	Cemitérios	2 500,00 €	500,00 €	-80,00%	24,71 €	-475,29 €	4,94%
07	Segurança e Protecção Civil	98 000,00 €	174 500,00 €	78,06%	156 458,31 €	-18 041,69 €	89,66%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	94 500,00 €	172 900,00 €	82,96%	156 458,31 €	-16 441,69 €	90,49%
004	Serviço municipal de protecção civil	2 000,00 €	100,00 €	-95,00%	0,00 €	-100,00 €	0,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00%	0,00 €	-1 500,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	388 000,00 €	222 168,84 €	-42,74%	183 883,26 €	-38 285,58 €	82,77%
001	Água	176 000,00 €	95 200,00 €	-45,91%	71 869,59 €	-23 330,41 €	75,49%
002	Turismo	60 000,00 €	44 428,84 €	-25,95%	30 463,24 €	-13 965,60 €	68,57%
003	Mercados e Feiras	25 000,00 €	82 010,00 €	228,04%	81 550,43 €	-459,57 €	99,44%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	2 000,00 €	10,00 €	-99,50%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	125 000,00 €	520,00 €	-99,58%	0,00 €	-520,00 €	0,00%
09	Comunicações e Transportes	1 147 500,00 €	686 774,76 €	-40,15%	398 431,40 €	-288 343,36 €	58,01%
001	Rede viária e sinalização	1 015 000,00 €	684 454,76 €	-32,57%	398 431,40 €	-286 023,36 €	58,21%
002	Transportes	125 500,00 €	2 110,00 €	-98,32%	0,00 €	-2 110,00 €	0,00%
003	Estacionamento	7 000,00 €	210,00 €	-97,00%	0,00 €	-210,00 €	0,00%
10	Defesa do Meio Ambiente	167 440,00 €	17 140,00 €	-89,76%	422,19 €	-16 717,81 €	2,46%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	1 500,00 €	100,00 €	-93,33%	0,00 €	-100,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	33 000,00 €	16 400,00 €	-50,30%	422,19 €	-15 977,81 €	2,57%
003	Recursos naturais	5 000,00 €	100,00 €	-98,00%	0,00 €	-100,00 €	0,00%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	127 940,00 €	540,00 €	-99,58%	0,00 €	-540,00 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	161 000,00 €	116 310,00 €	-27,76%	66 511,18 €	-49 798,82 €	57,18%
001	Órgãos autárquicos	10 500,00 €	11 710,00 €	11,52%	10 490,44 €	-1 219,56 €	89,59%
002	Racionalização	23 000,00 €	24 400,00 €	6,09%	20 695,50 €	-3 704,50 €	84,82%
003	Edifício dos Paços do Concelho	5 000,00 €	1 000,00 €	-80,00%	779,38 €	-220,62 €	77,94%
004	Estaleiro municipal	122 500,00 €	79 200,00 €	-35,35%	34 545,86 €	-44 654,14 €	43,62%
15	Tecnologia e Inovação	7 000,00 €	1 200,00 €	-82,86%	352,15 €	-847,85 €	29,35%
001	Generalização do uso de TIC's	7 000,00 €	1 200,00 €	-82,86%	352,15 €	-847,85 €	29,35%
TOTAL DO PPI E TAXAS DE EXECUÇÃO ...		5 632 910,00 €	2 266 350,00 €	-59,77%	1 232 011,81 €	-1 034 338,19 €	54,36%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS GOP's							80,07%

Em primeiro lugar, a análise comparativa entre previsão e execução do PPI, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações ao PPI, a despesa paga total, a variação absoluta entre esta e as dotações corrigidas e a taxa de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objetivos e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de 54,36% que, em comparação com a taxa de 29,92% de 2015, 38,97% de 2014 e de 37,46% de 2013, representa uma melhoria significativa na capacidade de realização dos investimentos, face às respetivas previsões corrigidas.

Se considerarmos as GOP's, que englobam PPI's e Atividades mais Relevantes, as taxas de realização são de 80,07% (2016), 53,45% (2015), de 53,46% (2014) e de 49,54% (2013).

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL

Classif.	Classif. Orgânica da Despesa	Despesa Paga Total (2016)	Ponderações		Despesa Paga Total (2015)	Ponderações		Variações (2016-2015)	
			%			%		€	%
01	Educação e Formação Profissional	23 715,65 €	1,92%		63 545,81 €	4,78%		-39 830,16 €	-62,68%
	002 Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	7 980,03 €	0,65%		57 544,96 €	4,33%		-49 564,93 €	-86,13%
	003 Ensino superior	15 735,62 €	1,28%		6 000,85 €	0,45%		9 734,77 €	162,22%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	93 366,57 €	7,58%		32 631,56 €	2,46%		60 735,01 €	186,12%
	001 Cultura	65 911,79 €	5,35%		4 615,33 €	0,35%		61 296,46 €	1328,11%
	002 Desporto	27 454,78 €	2,23%		28 016,23 €	2,11%		-561,45 €	-2,00%
	002 Juventude e Tempos Livres	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
03	Família Solidariedade e Acção Social	3 201,67 €	0,26%		1 415,48 €	0,11%		1 786,19 €	126,19%
	001 Creches	1 128,54 €	0,09%		262,15 €	0,02%		866,39 €	330,49%
	002 ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
	003 Outras infra-estruturas de acção social	0,00 €	0,00%		36,05 €	0,00%		-36,05 €	-100,00%
	004 Implementação da rede social	50,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		50,00 €	0,00%
	006 Habitação social	2 023,13 €	0,16%		1 117,28 €	0,08%		905,85 €	81,08%
04	Saúde	5 694,90 €	0,46%		0,00 €	0,00%		5 694,90 €	0,00%
	001 Extensões de saúde	5 694,90 €	0,46%		0,00 €	0,00%		5 694,90 €	0,00%
05	Habitação e Urbanismo	212 016,38 €	17,21%		299 710,47 €	22,56%		-87 694,09 €	-29,26%
	001 Habitação	0,00 €	0,00%		960,63 €	0,07%		-960,63 €	-100,00%
	002 Planeamento urbanístico	1 850,00 €	0,15%		0,00 €	0,00%		1 850,00 €	0,00%
	003 Iluminação pública	12 249,66 €	0,99%		178 166,46 €	13,41%		-165 916,80 €	-93,12%
	004 Urbanização	0,00 €	0,00%		116 136,00 €	8,74%		-116 136,00 €	-100,00%
	005 Intervenções de requalificação urbanística	197 916,72 €	16,06%		4 447,38 €	0,33%		193 469,34 €	4350,19%
06	Saneamento e Salubridade	87 958,15 €	7,14%		139 471,80 €	10,50%		-51 513,65 €	-36,93%
	001 Saneamento	87 508,45 €	7,10%		127 047,33 €	9,56%		-39 538,88 €	-31,12%
	002 Higiene pública	424,99 €	0,03%		12 424,47 €	0,94%		-11 999,48 €	-96,58%
	003 Cemitérios	24,71 €	0,00%		0,00 €	0,00%		24,71 €	0,00%
07	Segurança e Protecção Civil	156 458,31 €	12,70%		79 588,46 €	5,99%		76 869,85 €	96,58%
	003 Prevenção e combate a fogos florestais	156 458,31 €	12,70%		79 588,46 €	5,99%		76 869,85 €	96,58%
	004 Serviço municipal de protecção civil	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
	005 Intempéries / situações de calamidade	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	183 883,26 €	14,93%		163 254,27 €	12,29%		20 628,99 €	12,64%
	001 Água	71 869,59 €	5,83%		48 464,44 €	3,65%		23 405,15 €	48,29%
	002 Turismo	30 463,24 €	2,47%		60 412,65 €	4,55%		-29 949,41 €	-49,57%
	003 Mercados e Feiras	81 550,43 €	6,62%		34 377,18 €	2,59%		47 173,25 €	137,22%
	004 Eventos dinamizadores da activ. económica	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
	005 Espaços de localiz. empresarial e incubação	0,00 €	0,00%		20 000,00 €	1,51%		-20 000,00 €	-100,00%
09	Comunicações e Transportes	398 431,40 €	32,34%		294 429,56 €	22,16%		104 001,84 €	35,32%
	001 Rede viária e sinalização	398 431,40 €	32,34%		274 097,66 €	20,63%		124 333,74 €	45,36%
	002 Transportes	0,00 €	0,00%		17 568,29 €	1,32%		-17 568,29 €	-100,00%
	003 Estacionamento	0,00 €	0,00%		2 763,61 €	0,21%		-2 763,61 €	-100,00%
10	Defesa do Meio Ambiente	422,19 €	0,03%		22 924,06 €	1,73%		-22 501,87 €	-98,16%
	001 Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
	002 Parques e jardins	422,19 €	0,03%		22 924,06 €	1,73%		-22 501,87 €	-98,16%
	003 Recursos naturais	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
	004 Educação e Sensibilização Ambiental	0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%		0,00 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	66 511,18 €	5,40%		231 809,31 €	17,45%		-165 298,13 €	-71,31%
	001 Órgãos autárquicos	10 490,44 €	0,85%		32 205,43 €	2,42%		-21 714,99 €	-67,43%
	002 Racionalização	20 695,50 €	1,68%		197 942,89 €	14,90%		-177 247,39 €	-89,54%
	003 Edifício dos Paços do Concelho	779,38 €	0,06%		127,70 €	0,01%		651,68 €	510,32%
	004 Estaleiro municipal	34 545,86 €	2,80%		1 533,29 €	0,12%		33 012,57 €	2153,05%
15	Tecnologia e Inovação	352,15 €	0,03%		0,00 €	0,00%		352,15 €	0,00%
	001 Genetização do uso de TIC's	352,15 €	0,03%		0,00 €	0,00%		352,15 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS		1 232 011,81 €	100,00%		1 328 780,78 €	100,00%		-96 768,97 €	-7,28%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Atendendo à natureza previsional das Grandes Opções do Plano, alguns dos objetivos do PPI apresentam diferenças significativas entre os valores previstos e os realizados e que resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que, embora cada vez em menor expressão, acaba sempre por influenciar a conceção e construção dos mesmos documentos previsionais.

Por outro lado, verificam-se também algumas variações nalguns objetivos e programas do PPI entre os anos de 2016 e 2015 que, por um lado, resultam das opções que em cada ano são feitas em consonância com as fontes de financiamento disponíveis para apoiar a realização dos investimentos e, por outro lado, da própria dinâmica da atividade do Município.

As maiores discrepâncias percentuais verificaram-se em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres; Solidariedade e Ação Social; Saúde; Defesa do Meio Ambiente e Tecnologias de Informação, com taxas de execução inferiores a 30%, enquanto que, em valores absolutos, as diferenças entre realização e previsão são mais substanciais em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, em cerca de 309 mil euros e Comunicações e Transportes com menos 288 mil euros.

No que diz respeito às razões que determinam as diferenças verificadas, estas correspondem essencialmente à necessidade de assegurar uma sustentabilidade financeira que permita manter o nível de cumprimento de compromissos com empreiteiros e fornecedores ao nível do que tem sido o posicionamento e a prática do Município, cumprindo sempre com as obrigações impostas pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Daqui resulta que, não tendo sido reunidas condições para a obtenção de fundos externos ou de formas de afetação de fundos próprios que pudessem acomodar alguns desses investimentos, não foram possível de realizar alguns dos projetos que haviam sido previstos, tendo-se levado a efeito uma revisão orçamental que teve por principal objetivo ajustar as previsões orçamentais a um nível mais próximo da expectativa efetiva de receitas e despesas que próximo do final do ano era expectável concretizar.

No grupo dos objetivos do PPI de maior volume financeiro e com as taxas de execução mais elevadas encontramos a Segurança e Proteção Civil com 89,66%, a Habitação e Urbanismo com 78,18%, a Modernização dos Serviços com 57,18% e a Comunicação e Transportes com 58,01% de níveis de realização em cada um.

O segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio, relativamente à despesa paga total refletida no PPI, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida entre os dois exercícios analisados.

É de assinalar a recuperação de uma posição dominante por parte do Objetivo Comunicações e Transportes, que passa de uma ponderação de 33,48% em 2014 para 22,16% em 2015, e para 32,34% em 2016 assumindo novamente e ao fim de alguns anos a primeira posição em termos relativos quanto ao volume de despesa realizada no âmbito do PPI.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Destaca-se também a posição assumida pelo objetivo Habitação e Urbanismo, com uma proporção de 17,21%, que deriva essencialmente dos investimentos relativos às intervenções de requalificação urbanística. No percurso em sentido contrário é de destacar o objetivo Modernização dos Serviços que, tendo sido uma aposta estratégica do Executivo em permanência numa lógica de melhoria dos serviços proporcionados aos cidadãos, e tendo beneficiado de financiamentos no âmbito do SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, é um desafio que já se encontra concluído e por isso passou de uma despesa total de 231.809,31 € (17,45%) em 2015, para apenas 66.511,18 € (5,40%) em 2016.

Percorrendo os diferentes Objetivos, assinala-se o maior valor de despesa realizada em “Comunicações e Transportes”, no montante de 398.431,40 € e que subiu 104.001,84 (+ 35,32%) face a 2015. Como é sabido, este objetivo não inclui apenas a realização de novas empreitadas em matéria viária, mas incluiu também despesa noutras prioridades relacionadas com comunicações e transportes, como sejam a conservação regular das vias municipais e respetivas obras de arte, aquedutos, muros, pontes e outras e sinalização.

O objetivo designado por Habitação e Urbanismo, apresentou-se em 2016 com uma ponderação, face ao valor total do PPI, ligeiramente inferior à que se havia verificado em 2015, tal como já referido, mas a assumir uma posição de destaque, que reforçará nos próximos exercícios, designadamente por efeito da realização dos projetos incluídos no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital e que se relacionam, na sua generalidade, com intervenções de regeneração urbana. Com um volume de despesa de 212.016,38 €, esta deriva na sua quase totalidade dos investimentos incluídos em Intervenções de Requalificação Urbanística, onde figuram investimento como a Requalificação e Beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos, a Requalificação e Refuncionalização da Casa da Cultura e do Antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e a Requalificação da Avenida Nova em Ervedal da Beira.

Na área do Saneamento Básico, o objetivo Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público inclui os investimentos em abastecimento de água, que subiram face a 2015 em quase 50% e a que se juntam os investimentos do objetivo Saneamento e Salubridade, com 87.958,15 € de despesas realizadas. Ambos irão representar no exercício de 2017 uma posição muito mais relevante, tendo em conta a entrada em execução dos projetos já aprovados no âmbito do POSEUR relativos a esta área de atividade do Município. Nas restantes áreas do objetivo Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, que no seu conjunto apresentou despesas de 183.883,26 €, destaca-se ainda a despesa realizada em Mercados e Feiras, essencialmente relacionada com as obras de adaptação realizadas no espaço multiusos do Mercado Municipal.

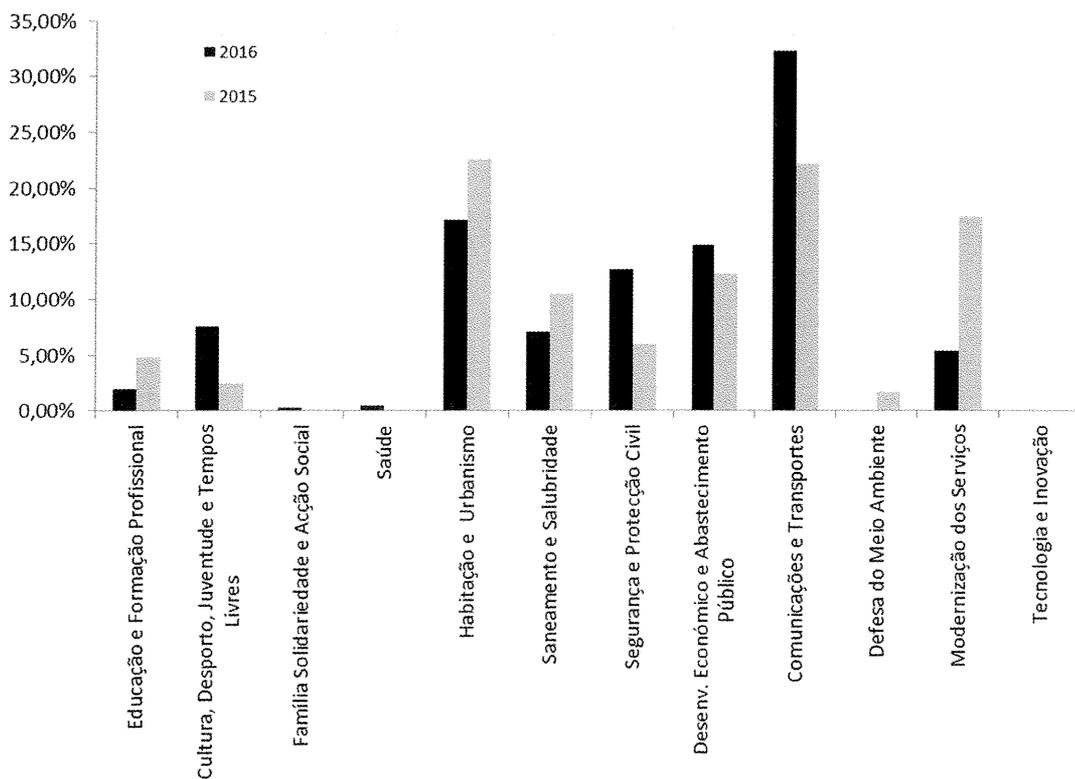
Não pode deixar de ser referido, também, que os valores relativos aos investimentos com abastecimento de água e saneamento não incluem as despesas com pessoal afeto aos respetivos setores, nem os valores pagos à entidade gestora dos sistemas “em alta” em água e saneamento e que em 2016 ascenderam a 1.238.899,55 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O objetivo Segurança e Proteção Civil surge também com um valor significativo, no montante de 156.458,31 € que, na sua globalidade, resulta da despesa realizada em Prevenção e combate a fogos florestais, área onde o Município de Oliveira do Hospital, em parceria com a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, desempenham um papel reconhecidamente meritório no que respeita aos trabalhos de construção, beneficiação e manutenção de caminhos e estradões florestais, limpeza de bermas e taludes e todos os restantes que, de um modo geral, concorrem para a diminuição dos fatores de risco na propagação de incêndios florestais.

Em termos gráficos, a comparação entre os anos de 2016 e 2015, relativamente a cada um dos Objetivos do Plano Plurianual de Atividades, apresenta-se do seguinte modo:



Ao longo do ano de 2016 e relativamente ao PPI foram levadas a efeito 2 revisões destinadas a operar movimentos de transferência de verbas de uns projetos para outros e que alteraram o seu valor global, quer através da incorporação do saldo da gerência anterior quer por correção do valor de receitas, que por sua vez se repercutiu no valor global do Plano Plurianual de Investimentos, das Atividades mais Relevantes e do próprio Orçamento.

PPI - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DO PPI	5 632 910,00 €	2 105 600,00 €	-5 472 160,00 €	-3 366 560,00 €	2 266 350,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					-59,77%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Sendo o valor da dotação inicial do PPI de 5.632.910 € e tendo ocorrido diminuição da dotação global do PPI em -3.366.560 €, dos quais 2.105.600 € correspondem a reforços e -5.472.160 € correspondem a anulações de 4.413.500,00 €, o valor de dotação final foi de 2.266.350 €, a que corresponde uma variação de -59,77%.

AMR - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DAS AMR'S... ..	5 097 568,00 €	292 442,80 €	-959 660,00 €	-667 217,20 €	4 430 350,80 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS...					-13,09%

No que respeita às AMR – Atividades Mais Relevantes, que beneficiaram de reforços no valor de 292.442,80 € e registaram anulações de -959.660,00 €, ocorreu uma transição de uma dotação inicial de 5.097.568,00 € para uma dotação final de 4.430.350,80 €, correspondente a uma redução de -667.217,20, equivalente a -13,09%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO - ORÇAMENTO

No que respeita à execução orçamental referente ao ano de 2016 e em termos de análise comparativa entre previsão e execução, confirmou-se uma tendência de estabilização das taxas de execução da receita e da despesa face aos valores orçamentados, este ano muito próximas dos 95%, o que confirma e reforça a tendência dos registos mais recentes na aproximação entre valores previstos e valores executados.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Receita		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Receita Cobrada Líquida	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Impostos directos	2 737 250,00 €	2 737 250,00 €	0,00%	2 569 426,15 €	-167 823,85 €	93,87%
02	Impostos indirectos	243 900,00 €	243 900,00 €	0,00%	214 640,18 €	-29 259,82 €	88,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	911 862,00 €	911 862,00 €	0,00%	919 363,12 €	7 501,12 €	100,82%
05	Rendimentos da propriedade	791 000,00 €	791 000,00 €	0,00%	772 342,10 €	-18 657,90 €	97,64%
06	Transferências correntes	8 109 215,00 €	7 044 215,00 €	-13,13%	6 975 851,27 €	-68 363,73 €	99,03%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 683 100,00 €	1 683 100,00 €	0,00%	1 578 103,57 €	-104 996,43 €	93,76%
08	Outras receitas correntes	38 000,00 €	38 000,00 €	0,00%	15 140,33 €	-22 859,67 €	39,84%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		14 514 327,00 €	13 449 327,00 €	-7,34%	13 044 866,72 €	-404 460,28 €	96,99%
09	Venda de bens de investimento	73 000,00 €	48 000,00 €	-34,25%	13 832,98 €	-34 167,02 €	28,82%
10	Transferências de capital	5 896 376,00 €	1 716 376,00 €	-70,89%	941 095,40 €	-775 280,60 €	54,83%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	20 000,00 €	0,00%	0,00 €	-20 000,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	15 000,00 €	15 000,00 €	0,00%	134 675,43 €	119 675,43 €	897,84%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		5 984 376,00 €	1 799 376,00 €	-69,93%	1 089 603,81 €	-709 772,19 €	60,55%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00%	487,42 €	-4 512,58 €	9,75%
16	Saldo da gerência anterior	0,00 €	1 323 042,80 €	0,00%	1 323 042,80 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		5 000,00 €	1 328 042,80 €	26460,86%	1 323 530,22 €	-4 512,58 €	-0,34%
TOTAL DE RECEITAS E TAXA DE EXECUÇÃO		20 503 703,00 €	16 576 745,80 €	-19,15%	15 458 000,75 €	-1 118 745,05 €	93,25%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS							93,25%

No caso das receitas a taxa de execução foi de 93,25%, bastante acima dos 78,88% em 2015, dos 69,86% ocorridos em 2014 e dos 66,02% registados no ano de 2013, confirmando a referida tendência de melhoria das taxas de execução.

O melhor registo ocorre, naturalmente, em receitas correntes, na medida em que a capacidade de previsão é mais elevada, comparativamente com as receitas de capital, onde estas, sobretudo as transferências de capital, traduzem habitualmente um volume de previsões nem sempre concretizável por parte das entidades que proporcionam as mesmas transferências, mas cuja previsão, permite acomodar a inscrição de alguns projetos de investimentos com expectativa de obtenção de financiamentos externos.

Numa observação mais detalhada, verificaram-se algumas situações que merecem o devido destaque. Desde logo, as taxas de execução de 93,87%, de 88,00%, de 100,82%, 97,64%, 99,03% e 93,76%, respetivamente em impostos diretos, em impostos indirectos, em taxas, multas e outras penalidades, em Rendimentos de propriedade, em Transferências correntes e em Venda de bens e serviços correntes. Em todos os agregados se verifica uma considerável correspondência entre os valores previstos e a efetiva arrecadação de receitas, sendo que, em valores absolutos, a maiores diferenças ocorrem em impostos diretos, resultantes da redução na arrecadação de receitas de IMI, e em Venda de bens e serviços correntes. Ainda no grupo das receitas correntes, apenas as Outras receitas correntes se ficaram por uma taxa de realização de apenas 39,84%.

No grupo das receitas de capital e em comprovação do já anteriormente referido, a maior diferença entre previsão e execução ocorre em Transferências de capital, com

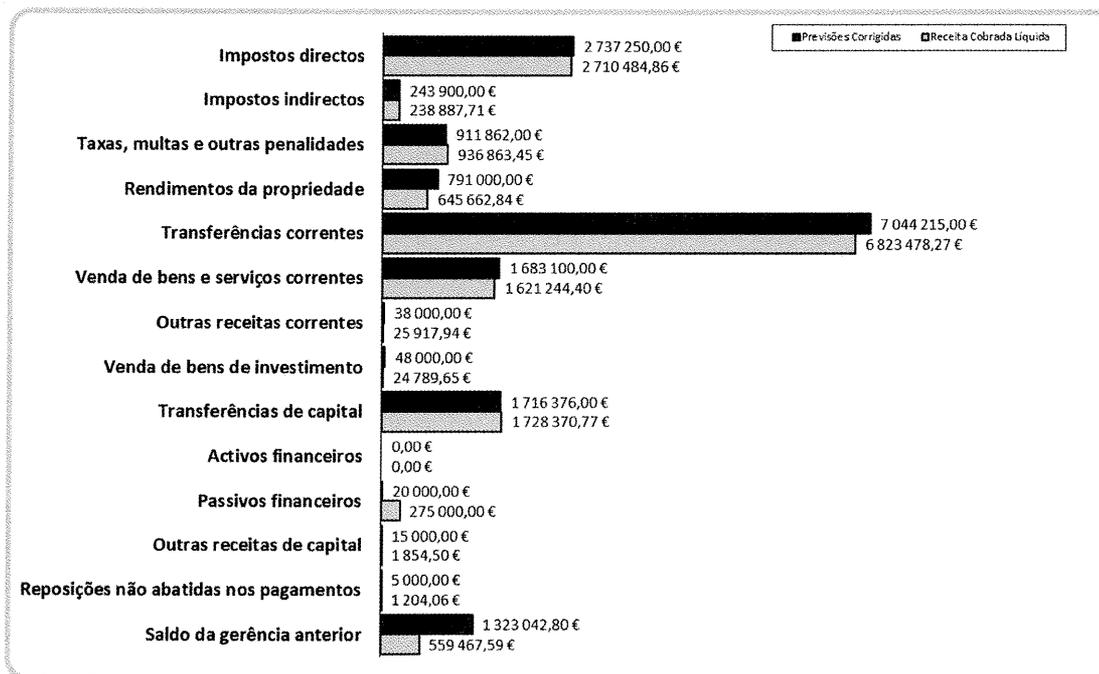


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

menos 775.280,60 € (54,83% de taxa de execução). Em termos de diferenças positivas, são de realçar o valor obtido em Outras receitas de capital, com 119.675,43 € acima do previsto e, naturalmente, o Saldo da gerência anterior, com um valor total de 1.323.042,80 €.

As diferenças registadas entre previsão e realização nas receitas em transferências de capital resultam, no essencial, da indefinição quanto ao momento concreto em que são considerados encerrados os projetos QREN já concluídos, libertando assim as verbas dos saldos pendentes de cada um desses projetos, mas também do atraso que se tem verificado no arranque de projetos a incluir nas prioridades de investimento que compõem a estrutura do Portugal 2020.

Todos os restantes agregados, quer em correntes quer em capital, apresentam diferenças inferiores a 200 mil euros, apresentando o gráfico seguinte o registo das diferenças de maior expressão absoluta.



Da conjugação das diferenças acima mencionadas, verifica-se que, no seu conjunto, as taxas de execução relativas a receitas correntes atingiram o valor de 96,99% sem englobar as Reposição não abatidas nos pagamentos nem o Saldo da gerência anterior, enquanto que as taxas de execução das receitas de capital se colocaram num patamar de 60,55%, bastante superior ao que se tem verificado nos últimos anos.

Noutra perspetiva, pode verificar-se que o valor de 7,05% na proporção das receitas de capital face às receitas totais, é bem elucidativo da crescente dependência da participação financeira no Orçamento de Estado, que tem sido agravada pelo maior número e volume financeiro de situações de transferência de competência da administração central para os municípios sem os correspondentes meios financeiros e, também, pelo atraso que o ano de 2016 acentuou relativamente ao arranque da execução dos programas temáticos e regionais inseridos no período de programação do



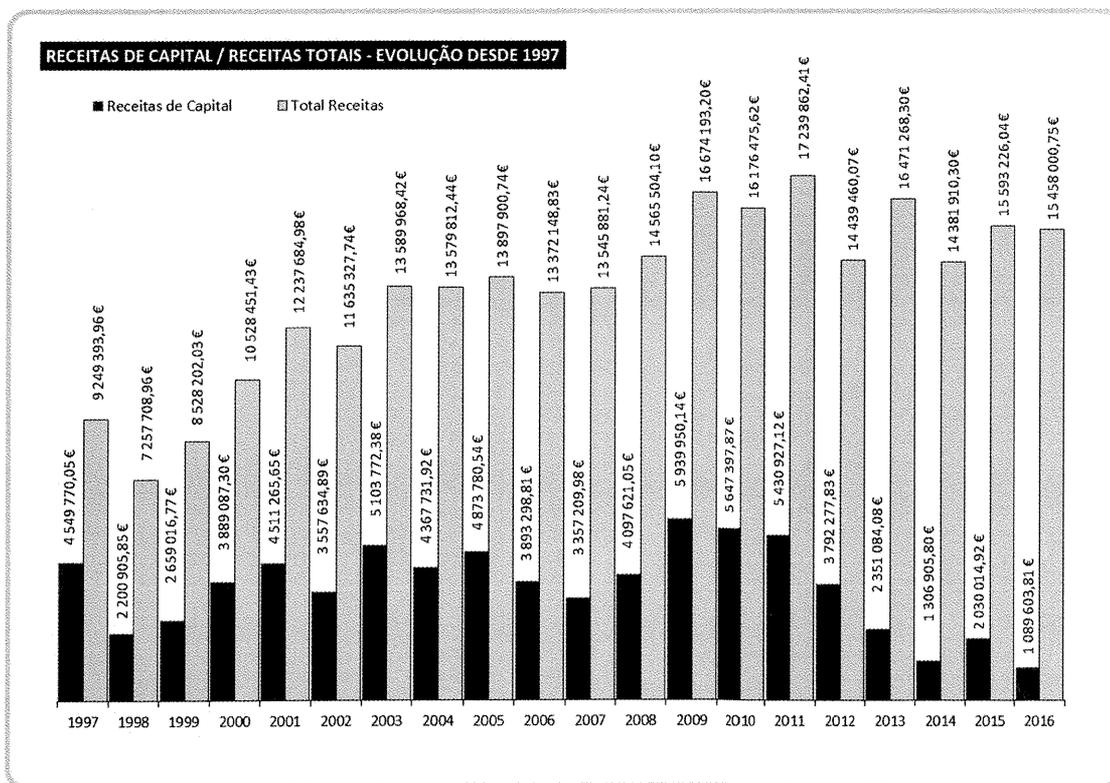
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Portugal 2020. Por seu lado, tem-se agravado substancialmente a tendência para a predominância das despesas correntes, em detrimento das despesas de capital, seja por via do acréscimo de prioridades em ações imateriais, seja também pelo cada vez maior número de competências que os municípios são obrigados a assumir junto das populações em situação de carência por escassez de apoio ou inação dos órgãos da administração central e desconcentrada do Estado.

Por seu turno, o gráfico seguinte evidencia também a evolução da receita desde 1997, com comparação da situação até ao ano de 2016 o qual, comparativamente ao ano de 2015, em que havia recuperado ligeiramente face aos valores anormalmente baixos ocorridos em 2014, voltou a registar um mínimo histórico desde 1997, com um montante de receitas de capital de apenas 1.089.603,81 €. Este valor é ainda mais baixo do que o obtido no ano de 1990, razão pela qual se pode considerar um valor extraordinariamente baixo e que representa muito bem as dificuldades financeiras que o atual executivo municipal tem sabido contornar para poder satisfazer todos os seus compromissos e ainda assim conseguir realizar alguns investimentos.

Trata-se de um valor de receitas de capital que, mesmo incorporando a parte do FEF capital, ficou abaixo de 1,1 milhões de euros e em cerca de metade do valor de 2,2 milhões de euros registado em 1998, sendo este o ano mais baixo de todo o intervalo temporal entre 1997 e 2013. Outro dado que se volta a realçar é o que demonstra e comprova que os anos em que os valores de receitas de capital são mais baixos coincidem com os anos de fim de ciclo dos quadros comunitários de apoio, como aconteceu com o QCA II em 1998/1999 e do QCA III em 2006/2007.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Reforça-se, portanto, que esta situação é mais uma forte evidência das acrescidas dificuldades que o Município tem vindo a enfrentar durante os anos de 2012 a 2016 para honrar todos os compromissos assumidos, sobretudo aqueles que decorrem das obrigações de pagamento de amortização e juros dos empréstimos contratados anteriormente à entrada em funções dos atuais responsáveis autárquicos. Como mais adiante se evidenciará com maior detalhe, o ano de 2016 correspondeu uma vez mais a uma redução na dívida relativa a empréstimos de médio/longo prazo, por um valor de 311.614,55 € e que, acumulada aos valores já amortizados nos anos de 2010 a 2015, inclusive, atinge o montante considerável de 3.256.434,05 €. Nunca será demais lembrar que, durante o referido período, excetuando 2016, não foram celebrados quaisquer novos empréstimos de médio/longo prazo, sendo aquele valor destinado a amortizar operações herdadas dos mandatos anteriores àqueles que os atuais responsáveis autárquicos iniciaram em 2009. No ano de 2016 foi contratada uma operação no valor de 2.000.000 €, mas que ainda não teve utilização efetiva.

Em termos absolutos e ainda no que respeita à receita, a comparação com o ano de 2015 está demonstrada no quadro seguinte, onde se verifica que, em termos globais, a execução do ano de 2016 se apresenta com valores praticamente equivalentes aos do ano anterior, havendo uma diminuição de apenas 135.225,29 € (- 0,87%), cujas explicações se encontram nos diversos fundamentos já atrás mencionados quanto à diminuição de algumas receitas próprias e das receitas de capital, entretanto compensadas pelo saldo de gerência anterior, no valor de 1.323.042,80 €.

As maiores diferenças em termos absolutos registam-se, precisamente, em transferências de capital, com -787.275,37 € e também em passivos financeiros, pelo valor total de -275.000,00 €. As maiores diferenças positivas ocorrem na rubrica destinada à incorporação do saldo de gerência anterior que, em 2016, foi de +763.575,21 € face ao saldo de 2015, em rendimentos de propriedade, com +126.679,26 € e em Transferências correntes, com +152.373,00 €.

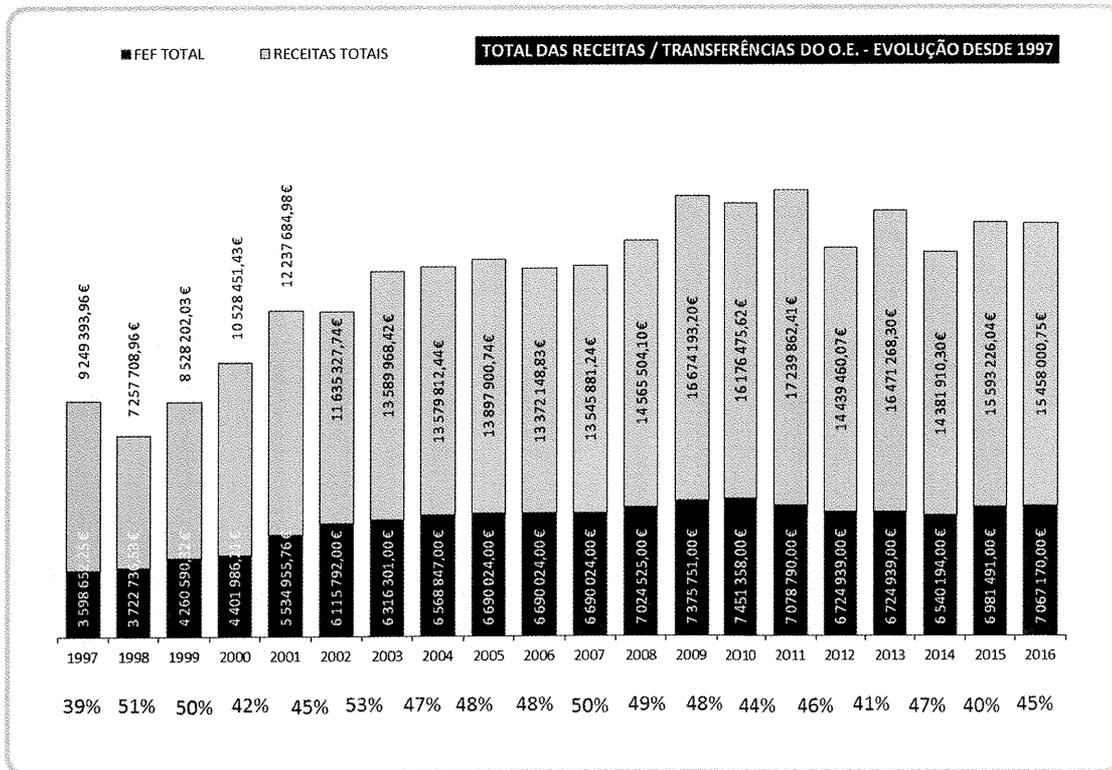
RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada Líquida (2016)	Ponderações	Receita Cobrada Líquida (2015)	Ponderações	Variações (2016-2015)	
Classif.	Designação		%		%	€	%
01	Impostos directos	2 569 426,15 €	16,62%	2 710 484,86 €	17,38%	-141 058,71 €	-5,20%
02	Impostos indirectos	214 640,18 €	1,39%	238 887,71 €	1,53%	-24 247,53 €	-10,15%
04	Taxas, multas e outras penalidades	919 363,12 €	5,95%	936 863,45 €	6,01%	-17 500,33 €	-1,87%
05	Rendimentos da propriedade	772 342,10 €	5,00%	645 662,84 €	4,14%	126 679,26 €	19,62%
06	Transferências correntes	6 975 851,27 €	45,13%	6 823 478,27 €	43,76%	152 373,00 €	2,23%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 578 103,57 €	10,21%	1 621 244,40 €	10,40%	-43 140,83 €	-2,66%
08	Outras receitas correntes	15 140,33 €	0,10%	25 917,94 €	0,17%	-10 777,61 €	-41,58%
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	13 044 866,72 €	84,39%	13 002 539,47 €	83,39%	42 327,25 €	0,33%
09	Venda de bens de investimento	13 832,98 €	0,09%	24 789,65 €	0,16%	-10 956,67 €	-44,20%
10	Transferências de capital	941 095,40 €	6,09%	1 728 370,77 €	11,08%	-787 275,37 €	-45,55%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	0,00%	275 000,00 €	1,76%	-275 000,00 €	-100,00%
13	Outras receitas de capital	134 675,43 €	0,87%	1 854,50 €	0,01%	132 820,93 €	7162,09%
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	1 089 603,81 €	7,05%	2 030 014,92 €	13,02%	-940 411,11 €	-46,33%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	487,42 €	0,00%	1 204,06 €	0,01%	-716,64 €	-59,52%
16	Saldo da gerência anterior	1 323 042,80 €	8,56%	559 467,59 €	3,59%	763 575,21 €	136,48%
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	1 323 530,22 €	8,56%	560 671,65 €	3,60%	762 858,57 €	136,06%
	TOTAL DE RECEITAS	15 458 000,75 €	100,00%	15 593 226,04 €	100,00%	-135 225,29 €	-0,87%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Nas respetivas somas, as receitas correntes apresentaram-se com um crescimento praticamente nulo, exceto quando lhe são englobadas as Reposições não abatidas nos pagamentos e o Saldo da gerência anterior. Neste caso, as receitas correntes apresentam um crescimento de 805.185,82 €, representando 5,943% do total do acréscimo de receitas ocorrido entre 2015 e 2016.

Fruto desta conjuntura completamente atípica em termos de obtenção de receitas por meio de transferências de capital, a maior expressão das receitas é cada vez mais assumida pelas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. Ou seja, num período em que a situação económica e financeira das famílias e das empresas não favorece a procura de soluções pela via do aumento de receitas próprias, não obstante a necessidade de redução dos déficits tarifários que se vêm verificando nos principais serviços prestados pelo Município, designadamente em matéria de saneamento básico e resíduos sólidos urbanos, impõe-se cada vez de forma mais premente proceder ao ajustamento possível ao nível da atividade desenvolvida e da despesa assumida. Isto é, deve continuar a atribuir-se o foco principal às ações que constituem as prioridades definidas nos documentos previsionais, tendo sempre presente a obrigação de manter uma situação financeira e uma reputação junto dos fornecedores em níveis reconhecidamente aceitáveis, como tem acontecido ao longo dos anos.



Pode verificar-se, pelo gráfico anterior, que o peso relativo das transferências do FEF face ao total das receitas é normalmente muito significativo, evidenciando essa cada vez maior dependência do orçamento municipal relativamente àquelas transferências. A situação de 2016 não difere muito do verificado no ano anterior, tanto mais que o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

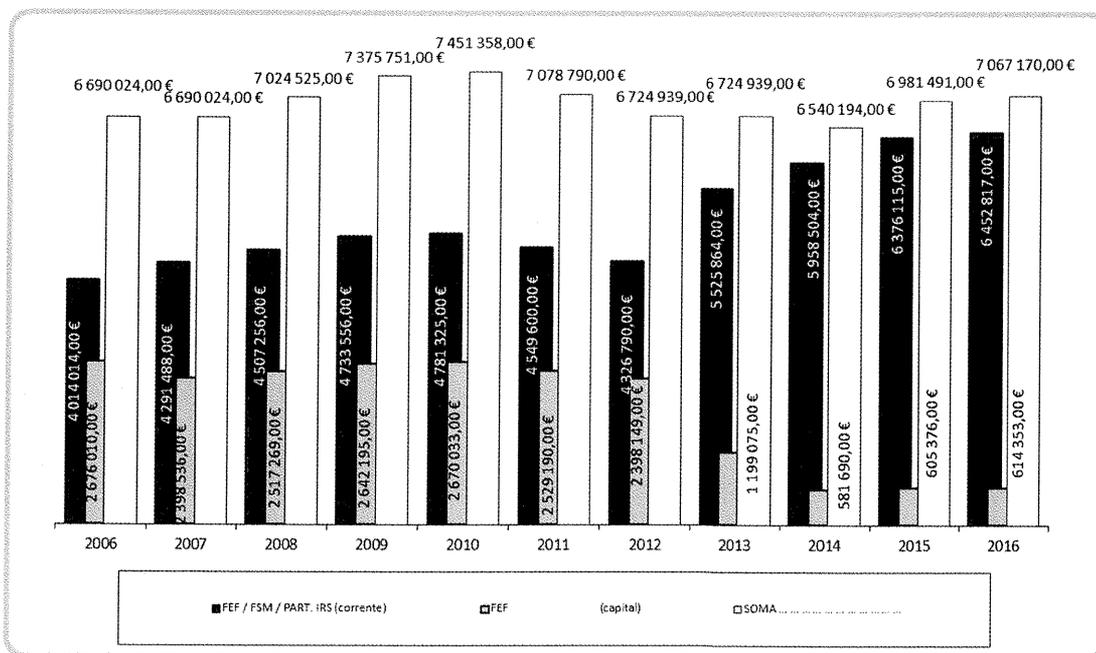
CÂMARA MUNICIPAL

crescimento das receitas provenientes de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS cresceram apenas 1,23%.

Na análise cíclica da evolução destas transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, verifica-se o referido acréscimo do valor global das mesmas transferências face a 2015, que em termos absolutos representa apenas um aumento de 85.679,00 €, insuficiente, portanto, para que possa amortecer o impacto sofrido com os cortes sofridos nos anos de 2011 a 2014 e que representaram cerca de um milhão de euros.

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA											
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4 014 014,00 €	4 291 488,00 €	4 507 256,00 €	4 733 556,00 €	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €
FEF (capital)	2 676 010,00 €	2 398 536,00 €	2 517 269,00 €	2 642 195,00 €	2 670 033,00 €	2 529 190,00 €	2 398 149,00 €	1 199 075,00 €	581 690,00 €	605 376,00 €	614 353,00 €
SOMA	6 690 024,00 €	6 690 024,00 €	7 024 525,00 €	7 375 751,00 €	7 451 358,00 €	7 078 790,00 €	6 724 939,00 €	6 724 939,00 €	6 540 194,00 €	6 981 491,00 €	7 067 170,00 €
Evolução face ao ano anterior	0,00%	5,00%	5,00%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,75%	6,75%	1,23%

Graficamente, a evolução das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado no mesmo período de 11 anos, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), evidencia ainda a degradação progressiva que tem ocorrido no volume de transferências de capital diretamente do Orçamento de Estado e que tem acompanhado também a diminuição do volume global das transferências do Orçamento de Estado. Daí que, conjugada esta situação com a inexistência de formas de financiamento alternativo através dos fundos comunitários, por efeito do atraso que a este nível se tem verificado, seja bem evidente a atual dificuldade do Município em matéria de insuficiência de recursos financeiros.



Por seu lado, o crescimento que ocorre na parte das transferências correntes, não é mais do que o reflexo de uma crescente transferência de competências, muitas vezes sem os

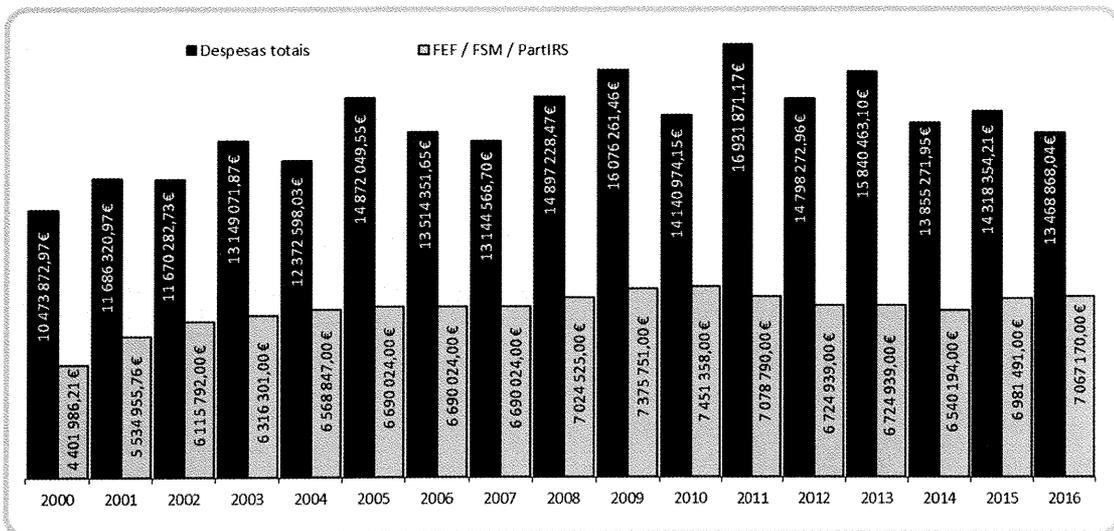


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

necessários formalismos de delegação e sem o devido acompanhamento dos adequados meios financeiros.

Como o gráfico anterior pode demonstrar, o valor do FEF Capital baixou para patamares nunca antes observados, enquanto que o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação Fixa no IRS, que compõem a parte corrente, beneficiaram de algum aumento mas, apesar de tudo, não evitando que, no total, toda a participação no Orçamento de Estado apresente valores próximos dos verificados aos de 2008, ou seja, representando um retrocesso de 8 anos.

Noutra perspetiva de análise, também bastante simbólica quanto à atual estrutura de financiamento das autarquias locais que não podem dispor do mesmo nível de receitas próprias que é obtido pelos principais municípios do litoral, pode também observar-se a já insistentemente referida dependência das transferências do Orçamento de Estado. Neste caso, o gráfico evidencia o peso relativo dessas transferências no total da despesa realizada em cada exercício, sendo bastante claro que as variações ocorridas no nível de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de dispor de outros financiamentos externos não reembolsáveis, como são, em primeira instância, os fundos comunitários.



Quanto às despesas, o crescimento da respetiva taxa de realização, que foi de 81,25% acompanhou o crescimento também verificado na taxa de realização das receitas.

Analisando as variações de cada um dos capítulos da despesa face às previsões corrigidas por efeito das modificações orçamentais, é mais significativa a baixa taxa de realização no Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com -1.034.338,19 € que as respetivas previsões corrigidas, representando 54,36% de taxa de execução. O Capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços apresenta também uma diferença significativa em termos absolutos, entre a previsão e a execução, num valor de -1.465.968,18 €, ainda assim, com uma taxa de execução de 74,33%. Como tem sido referido, é neste agregado que existe maior elasticidade na implementação de medidas de contenção de gastos e de obtenção de ganhos de eficiência com impacto nos custos do funcionamento dos



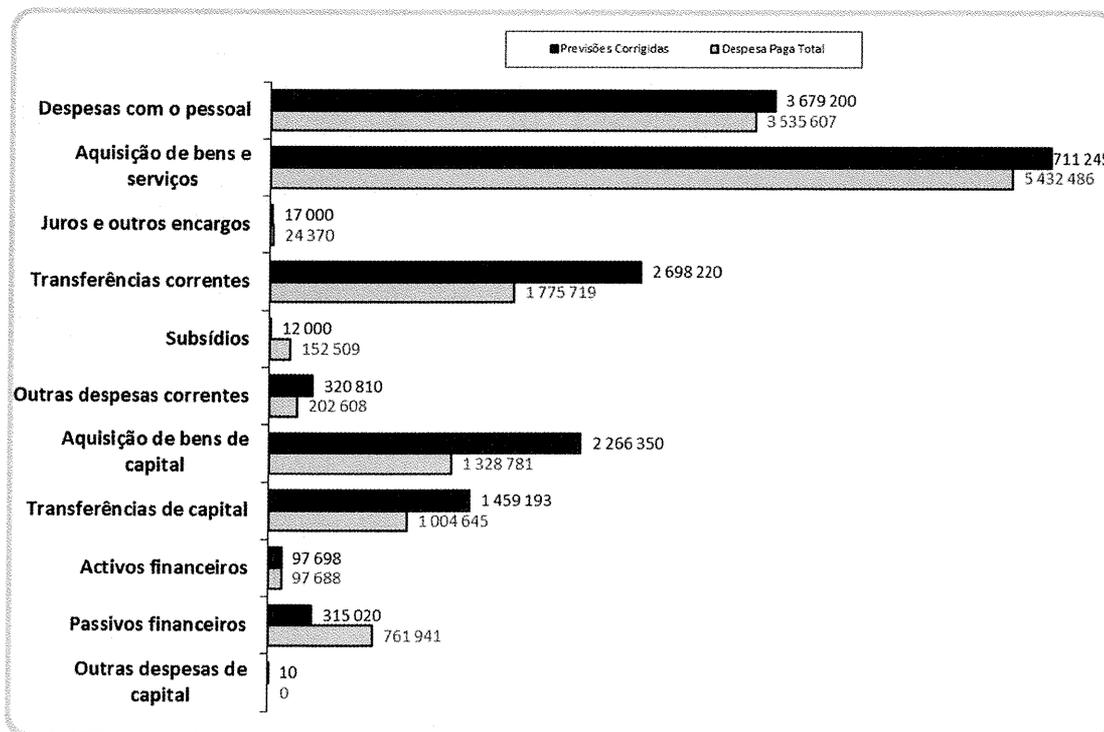
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

equipamentos municipais e, por isso, é neste agregado que se opera melhor o ajustamento que é necessário fazer na despesa, em função das restrições que se revelam do lado da receita.

DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Despesa		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Despesas com o pessoal	3 846 000,00 €	3 679 200,00 €	-4,34%	3 628 871,38 €	-50 328,62 €	98,63%
02	Aquisição de bens e serviços	6 375 005,00 €	5 711 245,00 €	-10,41%	4 245 276,82 €	-1 465 968,18 €	74,33%
03	Juros e outros encargos	83 000,00 €	17 000,00 €	-79,52%	1 567,67 €	-15 432,33 €	9,22%
04	Transferências correntes	2 401 600,00 €	2 698 220,00 €	12,35%	2 380 585,12 €	-317 634,88 €	88,23%
05	Subsídios	150 000,00 €	12 000,00 €	-92,00%	5 318,87 €	-6 681,13 €	44,32%
06	Outras despesas correntes	325 000,00 €	320 810,00 €	-1,29%	172 281,62 €	-148 528,38 €	53,70%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		13 180 605,00 €	12 438 475,00 €	-5,63%	10 433 901,48 €	-2 004 573,52 €	83,88%
07	Aquisição de bens de capital	5 632 910,00 €	2 266 350,00 €	-59,77%	1 232 011,81 €	-1 034 338,19 €	54,36%
08	Transferências de capital	1 237 500,00 €	1 459 192,80 €	17,91%	1 393 652,20 €	-65 540,60 €	95,51%
09	Activos financeiros	100 188,00 €	97 698,00 €	-2,49%	97 688,00 €	-10,00 €	99,99%
10	Passivos financeiros	350 000,00 €	315 020,00 €	-9,99%	311 614,55 €	-3 405,45 €	98,92%
11	Outras despesas de capital	2 500,00 €	10,00 €	-99,60%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		7 323 098,00 €	4 138 270,80 €	-43,49%	3 034 966,56 €	-1 103 304,24 €	73,34%
TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO		20 503 703,00 €	16 576 745,80 €	-19,15%	13 468 868,04 €	-3 107 877,76 €	81,25%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS							81,25%

Pode também observar-se que nos capítulos 01 – Despesas com pessoal e 10 – Passivos financeiros, existe uma elevada adesão da realização efetiva às respetivas previsões corrigidas, o que é consequência do facto destas despesas permitirem um maior rigor na sua previsão aquando da preparação da informação prospetiva e não serem as mesmas suscetíveis de grandes oscilações durante o decurso do exercício.



O gráfico anterior demonstra algumas das realidades acima mencionadas e é igualmente conclusivo quanto à evidência de um excesso de previsão habitualmente aplicável a alguns agregados da despesa, em consequência da indispensável elasticidade que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

permite acomodar intenções de investimento que apenas poderão concretizar-se caso surjam oportunidades de financiamento externo para essas intenções, situação que se manteve no ano de 2016 de forma bastante premente, sobretudo por causa da indefinição no arranque efetivos das operações enquadráveis nos meios de financiamento através do Portugal 2020.

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2016 e de 2015, salienta-se o decréscimo global de -5,92% e que encontra explicação em todos os fundamentos já atrás indicados quanto à redução nas transferências de capital e em algumas receitas próprias e quanto aos constrangimentos que ainda se verificaram em 2016 relativamente à entrada em execução dos projetos financiamentos no âmbito do PEDU e no âmbito do Pacto da CIM-Região de Coimbra. As despesas correntes desceram 6,20% e as despesas de capital desceram 4,95%, sendo que a variação de maior valor absoluto foi a de Aquisição de bens e serviços, pelas razões já acima indicadas.

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2016-2015)	
Classif.	Designação	Total (2016)	%	Total (2015)	%	€	%
01	Despesas com o pessoal	3 628 871,38 €	26,94%	3 535 606,64 €	24,70%	93 264,74 €	2,64%
02	Aquisição de bens e serviços	4 245 276,82 €	31,52%	5 432 485,94 €	37,95%	-1 187 209,12 €	-21,85%
03	Juros e outros encargos	1 567,67 €	0,01%	24 370,46 €	0,17%	-22 802,79 €	-93,57%
04	Transferências correntes	2 380 585,12 €	17,67%	1 775 718,99 €	12,40%	604 866,13 €	34,06%
05	Subsídios	5 318,87 €	0,04%	152 509,34 €	1,07%	-147 190,47 €	-96,51%
06	Outras despesas correntes	172 281,62 €	1,28%	202 608,11 €	1,42%	-30 326,49 €	-14,97%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		10 433 901,48 €	77,47%	11 123 299,48 €	77,70%	-689 398,00 €	-6,20%
07	Aquisição de bens de capital	1 232 011,81 €	9,15%	1 328 780,78 €	9,28%	-96 768,97 €	-7,28%
08	Transferências de capital	1 393 652,20 €	10,35%	1 004 644,60 €	7,02%	389 007,60 €	38,72%
09	Activos financeiros	97 688,00 €	0,73%	97 688,00 €	0,68%	0,00 €	0,00%
10	Passivos financeiros	311 614,55 €	2,31%	761 941,35 €	5,32%	-450 326,80 €	-59,10%
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		3 034 966,56 €	22,53%	3 193 054,73 €	22,30%	-158 088,17 €	-4,95%
TOTAL DE DESPESAS		13 468 868,04 €	100,00%	14 316 354,21 €	100,00%	-847 486,17 €	-5,92%

Dentro do grupo das despesas de capital a rubrica Passivos Financeiros registou a maior diferença negativa o que, neste caso, se traduz num claro benefício, uma vez que é representativa da progressiva redução no volume de encargos com amortizações de empréstimos, mas também do facto do ano de 2015 ter incorporada a amortização do empréstimo de curto prazo, que já não teve equivalente no ano de 2016.

Ainda no grupo das despesas de capital, a rubrica Transferências de Capital apresenta novamente um crescimento face ao ano anterior, neste caso, de quase 390 mil euros e que resulta essencialmente do maior apoio concedido pelo município para realização de investimentos de interesse coletivo por freguesias e associações, sendo que, no caso das freguesias, esse aumento foi de 92.907,90 €. Ainda neste grupo, também a rubrica de Aquisição de bens de capital sofreu redução face ao ano anterior, pelo valor de 96.768,97 € (-7,28%).

No contexto das despesas correntes, a maior variação negativa ocorre na rubrica Aquisição de bens e serviços, com um decréscimo de 1.187.209,12 € (-21,85%), cuja justificação já foi suficientemente apresentada, sendo também relevante a redução em 147.190,47 € (-96,51%) ocorrida em Subsídios e que resulta em larga medida da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

modificação das regras de classificação contabilística de algumas componentes da despesa assumida com desempregados integrados em atividades apoiadas por programas e medidas do IEFP, IP.

Do lado das variações positivas é de assinalar o crescimento de 93.264,74 € em valor absoluto nas Despesas com o pessoal (2,64%) e que é consequência da progressiva eliminação dos cortes salariais que tinham sido impostos aos trabalhadores em funções públicas durante o período de intervenção externa e que se prolongaram até final do primeiro trimestre de 2016.

Em termos absolutos, as transferências correntes registam o aumento mais significativo face a 2015, que em parte é justificado pelo crescimento das verbas atribuídas às freguesias e uniões de freguesias a título de transferências correntes, com um aumento real de 239.657,33 €, mas também pelo maior volume de apoios a outras entidades com atividades de interesse comunitário no apoio à primeira infância, juventude e idosos.

Saliente-se ainda que a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços integra, apesar da diminuição face ao ano anterior, os encargos decorrentes da faturação apresentada pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. que, no ano de 2016, ascenderam a 1.238.899,55 €, valor bem representativo da enorme pressão que os mesmos encargos colocam na estrutura de custos do Município, não obstante o ajustamento tarifário de que os clientes dos sistemas beneficiaram durante todo o ano de 2016.

Voltou a verificar-se de forma muito expressiva a tendência de afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, sobretudo num período em que não existiram outras fontes de financiamento externo na alavancagem desses investimentos.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	14 368 396,94 €	92,95%	Despesas Correntes	10 433 901,48 €	77,47%
Receitas de Capital	1 089 603,81 €	7,05%	Despesas de Capital	3 034 966,56 €	22,53%
TOTAL DE RECEITAS	15 458 000,75 €	100,00%	TOTAL DE DESPESAS	13 468 868,04 €	100,00%

Resulta do quadro que antecede e dos gráficos que se apresentam em seguida que as receitas de capital corresponderam a 7,05% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de mais do triplo (22,53%) face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de quase 13% das receitas para despesas de capital. Esta situação mostra uma realidade que tem sido possível de obter nos últimos anos, fruto da menor arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários e de transferências de capital em geral, mas também da alteração de proporções que passou a verificar-se a partir de 2013 entre as partes corrente e de capital das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais. Até ao ano de 2016, inclusive, era normal que a parte corrente das transferências do OE representasse 60% da totalidade do FEF/FSM/Part.Fixa IRS. Esta situação modificou-se ligeiramente a partir de 2007, com esta componente a assumir uma proporção de cerca de 64%, que subiu para 82% em 2013 e que, após esse ano, se colocou numa proporção de mais de 90%. Como temos

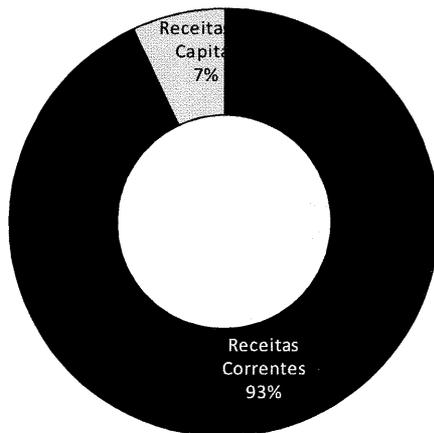


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

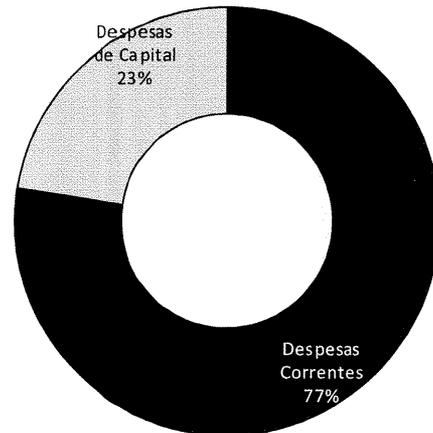
CÂMARA MUNICIPAL

vindo a afirmar, esta perspetiva quanto ao que devem representar as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais, está essencialmente orientada para olhar para os municípios como meros intermediários na realização de encargos correntes e cada vez menos como agentes de desenvolvimento económico e social, que sempre foram, designadamente através da sua superior capacidade de realização de investimentos, comparativamente com outros agentes da ação do Estado no território, sendo reconhecido que nesta área são, comprovadamente, mais eficientes que qualquer outro nível da administração pública.

RECEITAS



DESPESAS



Tendo em conta a evolução recente da participação municipal no Orçamento do Estado, já anteriormente abordada, é importante cruzar, não apenas esse valor, mas todo o conjunto das receitas correntes, com o comportamento das despesas com pessoal.

COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES										
Designação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	4 009 550,06 €	4 081 872,55 €	4 128 829,19 €	4 249 807,26 €	3 968 849,03 €	3 501 392,60 €	3 660 059,89 €	3 858 385,79 €	3 535 606,64 €	3 628 871,38 €
Receitas Correntes	10 188 671,26 €	10 467 883,05 €	10 734 243,06 €	10 529 077,75 €	11 808 935,29 €	10 647 182,24 €	14 120 184,22 €	13 075 004,50 €	13 563 211,12 €	14 368 396,94 €
Dp. Pessoal/Rc. Correntes	39,35%	38,99%	38,46%	40,36%	33,61%	32,89%	25,92%	29,51%	26,07%	25,26%
Evol. Desp. Pessoal	8,75%	1,80%	1,15%	2,93%	-6,61%	-11,78%	4,53%	5,42%	-8,37%	2,64%

COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES										
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal	3 686 994,21 €	4 009 550,06 €	4 081 872,55 €	4 128 829,19 €	4 249 807,26 €	3 968 849,03 €	3 501 392,60 €	3 660 059,89 €	3 858 385,79 €	3 535 606,64 €
Receitas Correntes	9 478 850,02 €	10 188 671,26 €	10 467 883,05 €	10 734 243,06 €	10 529 077,75 €	11 808 935,29 €	10 647 182,24 €	14 120 184,22 €	13 075 004,50 €	13 563 211,12 €
Dp. Pessoal/Rc. Correntes	38,90%	39,35%	38,99%	38,46%	40,36%	33,61%	32,89%	25,92%	29,51%	26,07%
Evol. Desp. Pessoal	9,57%	8,75%	1,80%	1,15%	2,93%	-6,61%	-11,78%	4,53%	5,42%	-8,37%

Num intervalo comparativo de 10 anos, pode observar-se que apenas em 2013, 2014, 2015 e agora também em 2016 foi obtido um rácio de despesas com pessoal face às receitas correntes inferior a 30%, no caso concreto, de 25,92%, 29,51%, 26,07% e 25,26%. Não se ignora, pelo que já antes fora referido a propósito da distribuição do FEF entre receitas correntes e receitas de capital que as transferências correntes beneficiaram de um aumento anormal relativamente ao que seria a normal progressão

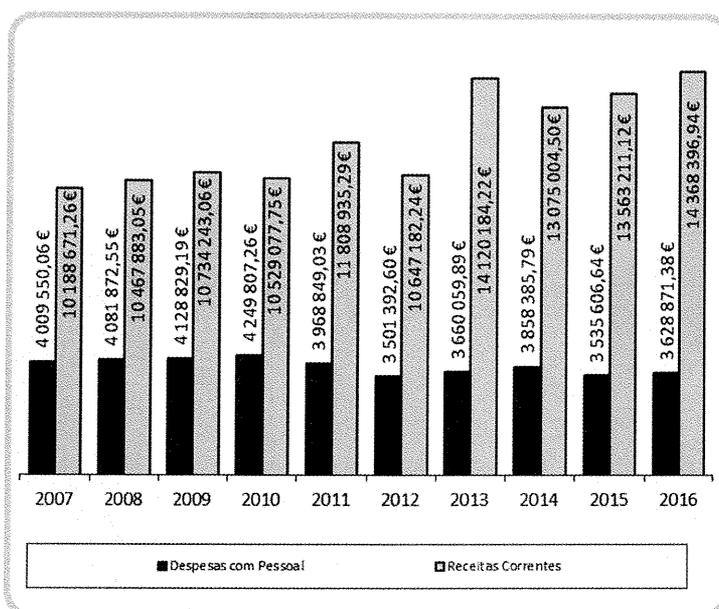


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

desta fonte de financiamento, por efeito da alteração nas proporções entre transferências correntes e transferências de capital, mas que não se repercutiu no valor total das transferências do Orçamento de Estado. Porém, também não pode deixar de assinalar-se que nos anos de 2013 e 2014 as despesas com pessoal cresceram face aos exercícios anteriores, 4,53% em 2013 e 5,42% em 2014, percurso que foi interrompido em 2015, com uma redução de 8,37%, mas que em 2016 foi registada nova subida, de 2,64%, representando um valor absoluto de 93.264,74 €.

Graficamente, pode também observar-se o comportamento ao longo dos últimos 10



anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes, o qual evidencia o crescimento extraordinário das receitas correntes a partir do ano de 2013, pelas razões descritas, mas que permite também observar o comportamento relativamente constante das despesas com pessoal, cujo crescimento, nos anos em que existe, é consequência de fatores de caráter extraordinário, sem qualquer efeito de continuidade nos custos

fixos da entidade ou com origem externa, não representando, por isso, um aumento substancial do número de trabalhadores do Município.

O crescimento que vinha sendo verificado nas despesas com pessoal, interrompido nos anos de 2011 e 2012, é uma consequência da necessidade de manter uma situação financeira equilibrada na autarquia, mas também um efeito das medidas de austeridade que afetaram a generalidade dos trabalhadores da administração pública. Embora essas medidas tenham tido continuidade nos anos de 2013, 2014 e 2015, o aumento das despesas com pessoal, embora ligeiro, que se verificou nesses dois anos, ocorreu apenas em consequência deste agregado da despesa corrente incluir na sua composição os encargos resultantes da incorporação temporária de desempregados integrados em programas e medidas do IEFP. No ano de 2016, a subida verificada deriva do processo gradual de reposição de cortes salariais iniciado no final do primeiro trimestre de 2016.

Noutro prisma de observação, temos a relação entre Investimentos e Transferências de Capital, que é sempre muito direta e que se reproduz no quadro seguinte.

COMPARATIVO: TRANSFERENCIAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS										
Designação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Tranf. Capital (Receitas)	3 350 131,23 €	2 794 225,84 €	4 236 897,76 €	3 645 423,49 €	5 418 571,65 €	3 787 026,22 €	2 347 122,95 €	1 286 496,03 €	1 728 370,77 €	941 095,40 €
Investimentos	3 359 195,05 €	5 249 942,66 €	6 162 757,58 €	3 312 895,59 €	5 212 297,16 €	3 519 157,45 €	3 224 804,91 €	2 124 913,87 €	1 328 780,78 €	1 232 011,81 €
Investimentos/Tr. Cap.	100,27%	187,89%	145,45%	90,88%	96,19%	92,93%	137,39%	165,17%	76,88%	130,91%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Essa interdependência, que faz habitualmente parte da abordagem deste documento a essa realidade, vem mais uma vez evidenciada nos dados relativos ao ano de 2016, comprovando-se que há uma relação diretamente proporcional entre a capacidade de realização de despesas em investimentos e a possibilidade de obtenção dos fundos comunitários que se destinam a alavancar esses investimentos. Ou seja, à medida que em cada quadro estratégico de apoios comunitários se vão esgotando os meios de financiamento disponíveis, assim se vão reduzindo as possibilidades para a realização dos investimentos que, numa lógica de coesão entre os territórios e de convergência do desenvolvimento e da qualidade de vida com os níveis médios europeus, o Município assume como seus desígnios. Ainda que com algumas oscilações ao longo dos últimos anos, é comum verificar a existência de um volume de investimentos superior ao montante obtido em transferências de capital, tal como aconteceu em 2016, demonstrando-se, assim, a afetação ao mesmo propósito do investimento, de outros recursos para além dos financiamentos externos, designadamente por via da aplicação de receitas correntes a despesas de investimento. O ano anterior de 2015 foi uma exceção a esta afirmação apenas porque, tendo sido recebidos apoios comunitários atribuídos ao Mercado Municipal e à Central de Camionagem relativos aos projetos aprovados no QREN em overbooking, o seu recebimento ocorreu apenas no último dia útil do ano, não permitindo que esses valores pudessem ainda ser afetados a outros investimentos em carteira.

No ano de 2016 o rácio entre Investimentos e Receitas de Transferências de Capital foi de 130,91%, alinhando com os melhores quocientes sempre superiores a 100% que se verificaram nalguns dos anos do período em análise.

Em matéria de endividamento, o quadro e gráficos seguintes contêm a evidenciação da situação da dívida em 31 de dezembro de 2016, apresentada com separação entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos onze anos.

ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE CÍCLICA											
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida de curto prazo	224 617,61 €	466 278,04 €	448 592,94 €	477 170,08 €	825 733,27 €	1 608 013,47 €	1 844 626,06 €	1 515 965,16 €	1 157 594,25 €	157 588,10 €	252 360,25 €
Dívida M/L prazo	2 388 621,14 €	2 150 479,14 €	3 212 538,18 €	4 607 707,35 €	6 154 613,34 €	5 636 678,23 €	5 126 833,39 €	4 624 159,64 €	4 104 992,95 €	3 617 359,36 €	3 305 744,81 €
Evolução face ao ano anterior	-6,93%	0,13%	39,91%	38,89%	37,28%	3,79%	-3,77%	-11,92%	-14,29%	-25,85%	-5,17%
Dívida M/L prazo / Total dívida	91,40%	82,18%	87,75%	90,62%	88,17%	77,80%	73,54%	75,31%	78,00%	95,83%	92,91%

Pode desde logo observar-se que, no seu conjunto, a dívida diminuiu em 2016 numa proporção de -5,17%, sendo que 311.614,55 € correspondem à redução na dívida de médio/longo prazo.

No empréstimo de 5 milhões de euros, contratado no final de 2007 e com início de utilização em 2008, estão em curso os movimentos de amortização do montante emprestado, que acumulam já o montante de 1.840.673,33 €, sendo que em relação aos dois restantes empréstimos, está pendente de amortização apenas a importância de 146.418,14 €.

Como já atrás havíamos feito referência, foi contratado um novo empréstimo no ano de 2016, mas do qual não houve utilização, não havendo lugar ainda à realização de amortizações.

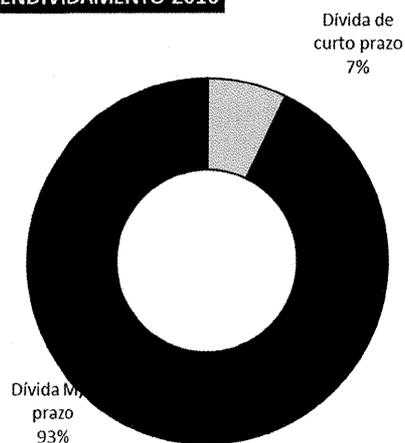


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Em termos proporcionais e por efeito do elevado decréscimo da dívida a curto prazo, o rácio entre dívida de médio/longo prazo e o total da dívida voltou a atingir um valor acima dos 90%, com uma proporção de 93%, do que resultam alguns benefícios para o Município e para os munícipes em geral. Desde logo, porque confere ao Município uma posição muito confortável no ranking das autarquias em matéria de endividamento e de prazo médio de pagamento. Por outro lado porque a capacidade de solver os seus compromissos confere ao Município um posicionamento muito favorável junto dos seus fornecedores e empreiteiros, situação que tem repercussão direta nos parâmetros usados na formação dos preços com que estes se relacionam com o Município aquando da apresentação dos seus orçamentos. Por último e para os próprios munícipes, através dos enormes benefícios que, do ponto de vista tributário, se repercutem diretamente nos seus rendimentos disponíveis, designadamente por efeito da não sujeição à aplicação das taxas máximas de IMI e outras a que o Município estaria vinculado caso não apresentasse uma situação financeira equilibrada e sem dívidas.

ENDIVIDAMENTO 2016



Ao longo do ano de 2016 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito 40 modificações orçamentais, que corresponderam a 38 alterações orçamentais, das quais não decorre qualquer mudança no montante global do orçamento e 2 revisões orçamental, estas sim com impacto no montante total do orçamento e das grandes opções do plano. No caso concreto, estas revisões orçamentais produziram uma alteração no valor global do orçamento em -19,15%, por efeito da incorporação nas receitas e consequente distribuição nas despesas do saldo de gerência anterior, mas também por efeito do ajustamento nas receitas operada na 2.ª revisão. De todas as modificações resultou um decréscimo absoluto na dotação global de -3.926.957,20 €.

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES

Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA	20 503 703,00 €	3 573 042,80 €	-7 500 000,00 €	-3 926 957,20 €	16 576 745,80 €
DESPESA	20 503 703,00 €	8 047 212,80 €	-11 974 170,00 €	-3 926 957,20 €	16 576 745,80 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					-19,15%

Relativamente às receitas, ocorreram inscrições no valor de 3.573.042,80 € que, compensadas com anulações de -7.500.000,00 €, resultaram num valor de dotação final de 16.576.745,80 €, inferior em -3.926.957,20 € à dotação inicial de 20.503.703,00 €.

As despesas, com dotações inicial e final iguais às receitas, tiveram inscrições no montante de 8.047.212,80 € e anulações de -11.974.170,00 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Pela análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o Balanço registou uma variação de -2,07% em comparação com o ano anterior de 2015, que por sua vez havia registado uma evolução positiva de 3,65% face ao Balanço do ano de 2014. Ou seja, o Balanço não conseguiu manter em 2016 a tentativa de inversão da tendência de descida que vinha registando nos últimos anos.

BALANÇO DO EXERCÍCIO

ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2016	2015	2014		2016	2015-2014
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	21 375 674,65 €	22 128 709,21 €	22 412 019,43 €	55,40%	-3,40%	-1,26%
Imobilizado incorpóreo						
Imobilizado corpóreo	11 266 242,45 €	12 099 376,69 €	13 113 858,57 €	29,20%	-6,89%	-7,74%
Investimentos financeiros	1 185 612,58 €	1 195 592,58 €	1 195 592,58 €	3,07%	-0,83%	
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	33 827 529,68 €	35 423 678,48 €	36 721 470,58 €	87,68%	-4,51%	-3,53%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências						
Clientes	207 965,17 €	201 737,00 €	217 724,36 €	0,54%	3,09%	-7,34%
Outros devedores	150 000,00 €			0,39%		
Estado e outros entes públicos	13 916,44 €	22 695,63 €	32 511,12 €	0,04%	-38,68%	-30,19%
Outros activos correntes	2 231 838,12 €	2 298 618,03 €	371 138,07 €	5,78%	-2,91%	519,34%
Caixa e seus equivalentes	2 149 623,12 €	1 450 136,86 €	667 015,13 €	5,57%	48,24%	117,41%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	4 753 342,85 €	3 973 187,52 €	1 288 388,68 €	12,32%	19,64%	208,38%
TOTAL DO ACTIVO	38 580 872,53 €	39 396 866,00 €	38 009 859,26 €	100,00%	-2,07%	3,65%
PASSIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2016	2015	2014		2016	2015-2014
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	2 994 130,27 €	3 305 760,62 €	3 640 904,41 €	7,76%	-9,43%	-9,20%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	2 994 130,27 €	3 305 760,62 €	3 640 904,41 €	7,76%	-9,43%	-9,20%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento	311 614,54 €	311 598,74 €	463 396,30 €	0,81%	0,01%	-32,76%
Fornecedores	245 111,32 €	155 980,85 €	1 045 831,60 €	0,64%	57,14%	-85,09%
Credores diversos	592 734,81 €	667 852,30 €	749 815,12 €	1,54%	-11,25%	-10,93%
Estado e outros entes públicos	44 691,24 €	46 973,58 €	45 481,29 €	0,12%	-4,86%	3,28%
Outros passivos correntes	12 254 808,41 €	13 227 251,78 €	13 436 747,55 €	31,76%	-7,35%	-1,56%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	13 448 960,32 €	14 409 657,25 €	15 741 271,86 €	34,86%	-6,67%	-8,46%
TOTAL DO PASSIVO	16 443 090,59 €	17 715 417,87 €	19 382 176,27 €	42,62%	-7,18%	-8,60%
CAPITAL PRÓPRIO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIACÕES	
	2016	2015	2014		2016	2015-2014
Património	7 879 373,20 €	7 326 593,13 €	7 153 915,76 €	20,42%	7,54%	2,41%
Reservas legais	1 008 878,44 €	951 011,88 €	941 923,60 €	2,61%	6,08%	0,96%
Subsídios	687 210,70 €	25 000,00 €	25 000,00 €	1,78%	2648,84%	
Doações		334 553,97 €	334 553,97 €		-100,00%	
Resultado transitado	12 213 299,39 €	11 886 957,94 €	9 990 524,01 €	31,66%	2,75%	18,98%
Resultado líquido exercício	349 020,21 €	1 157 331,21 €	181 765,65 €	0,90%	-69,84%	536,72%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	22 137 781,94 €	21 681 448,13 €	18 627 682,99 €	57,38%	2,10%	16,39%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	38 580 872,53 €	39 396 866,00 €	38 009 859,26 €	100,00%	-2,07%	3,65%

Foram determinantes para esta ligeira evolução negativa os comportamentos de algumas contas com maior expressão absoluta no Ativo e no Capital Próprio, desde logo:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Bens do domínio público	- 753.034,56 €	- 3,40%
Imobilizado corpóreo	- 833.134,24 €	- 6,89%
Resultado líquido do exercício	- 808.311,00 €	- 69,84%

Houve, todavia, um efeito de compensação em algumas contas com evolução positiva bastante significativa na comparação com o exercício anterior, a saber:

Outros devedores	+ 150.000,00 €	+ 100,00%
Caixa e seus equivalentes	+ 699.486,26 €	+ 48,24%
Património	+ 552.780,07 €	+ 7,54%
Subsídios	+ 662.210,70 €	+ 2.648,84%
Resultado transitado	+ 326.341,45 €	+ 2,75%

Do lado do Passivo não se registaram aumentos significativos, tendo apenas ocorrido uma subida na conta de Fornecedores em + 89.130,47 € (+ 57,14%). Já em variações negativas, vale apenas destacar as ocorridas em:

Endividamento	- 311.630,34 €	- 9,43%
Credores diversos	- 75.117,19 €	- 11,25%
Outros passivos correntes	- 972.443,37 €	- 7,35%.

Verificou-se, assim, que o Ativo, na sua globalidade, apresentou um decréscimo de - 2,07%, embora com comportamentos diferentes entre ativo corrente, que cresceu 19,64% e ativo não corrente, que se reduziu em -4,51%, para o qual contribuíram em muito a desvalorização dos Bens de domínio público e, em particular, as Outras construções e infraestruturas, que já acumulam amortizações em quase 12 milhões de euros e também em Imobilizações corpóreas, cujas amortizações acumuladas já somam quase 7,5 milhões de euros, o que é tanto mais significativo quanto maior é a dificuldade, que os últimos exercícios testemunham, em realizar novos investimentos.

Para o comportamento global do ativo corrente contribuiu fortemente o valor obtido em Caixa e seus equivalentes, bastante acima do que se tinha registado no final de 2015.

Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, com 55,40%. Em segundo plano, a conta de Imobilizado corpóreo representa 29,20%, sendo que, em conjunto, estas duas contas absorvem quase 90% do Ativo líquido. Do lado do Passivo continua a ser a Conta de Outros passivos correntes a assumir a posição de maior destaque, com 31,76% do total do balanço e na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, que determina que os proveitos e os custos sejam reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ou seja, esta conta incorpora os acréscimos de custos incorridos no próprio ano económico, mas regularizáveis apenas em momento posterior, bem como os proveitos diferidos que, no essencial, englobam todos os financiamentos externos já recebidos em termos de



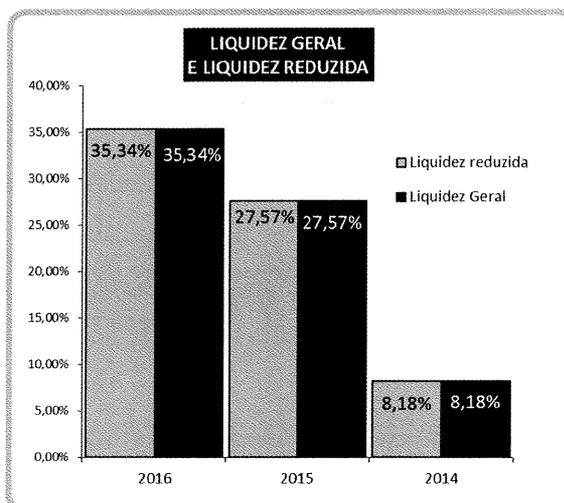
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

tesouraria, mas que apenas são reconhecidos efetivamente ao longo da vida útil contabilística dos investimentos a que se dirigiram.

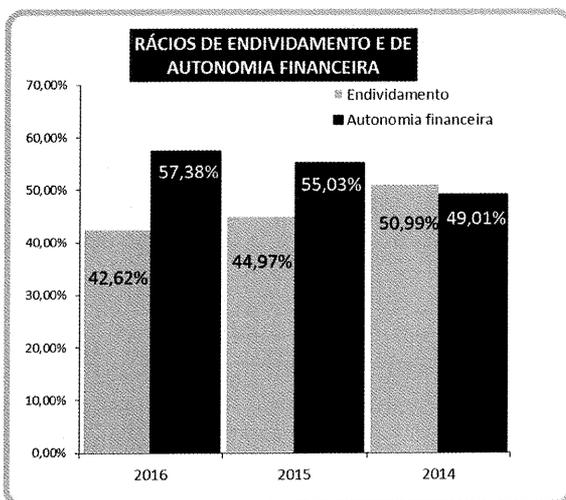
No Capital próprio a conta de maior expressão absoluta e relativa é a do Resultado transitado, com um montante de 12.213.299,39 € (31,66%) a que se segue a conta de Património, com um montante total de 7.879.373,20 € (20,42%), sendo de destacar que ambas apresentam evolução positiva ao longo do últimos exercícios

Verificou-se, como já foi atrás referido, um decréscimo no valor de Resultado Líquido, ao qual nos referiremos com mais detalhe na análise à Demonstração de Resultados.

Pode também verificar-se da análise ao Balanço que o exercício de 2015 afirma uma vez mais uma situação de escassez de liquidez, apesar da melhoria que se verifica desde 2014 e que permitiu fechar o exercício de 2016 com 35,34%, que é igual em liquidez geral e em liquidez reduzida, devido à inexistência de movimentos na conta de Existências. A esta melhoria não é necessariamente estranha a evolução ocorrida em Caixa e seus equivalentes, num valor muito próximo de 700 mil euros.



Quanto à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se a ocorrência de um rácio de endividamento de 42,62%, sem grandes alterações em comparação com o exercício anterior de 2015, de um rácio de cobertura do imobilizado de 74,29% e um rácio de solvabilidade total de 134,63%.



Apresentam-se ambos com boas melhorias relativamente aos respetivos valores obtidos no exercício anterior e mantêm-se como os indicadores de situação financeira de médio/longo prazo mais favoráveis da atual situação financeira do Município, sendo de destacar a posição do rácio de solvabilidade total que atingiu mais uma vez um valor superior a 1, evidenciando uma superioridade folgada do Capital

próprio sobre o Passivo.

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES 2016	VARIACIONES	
	2016	2015	2014		2016 - 2015	2015 - 2014
Vendas e Prestações de serviços	1 463 997,07 €	1 528 571,11 €	1 403 226,67 €	11,55%	-4,22%	8,93%
Outros proveitos	-1 324,41 €	-63 919,16 €	-7 080,95 €	-0,01%	-97,93%	802,69%
Custos das mercadorias e dos subcontratos						
Resultado Bruto	1 462 672,66 €	1 464 651,95 €	1 396 145,72 €	11,54%	-0,14%	4,91%
Fornecimentos e serviços externos	-4 849 757,86 €	-4 996 754,95 €	-5 422 327,19 €	38,27%	-2,94%	-7,85%
Custos com o pessoal	-3 511 440,53 €	-3 516 486,81 €	-3 818 721,71 €	27,71%	-0,14%	-7,91%
Impostos e Taxas	3 602 859,34 €	3 845 120,41 €	3 575 868,06 €	28,43%	-6,30%	7,53%
Transferências e subsídios obtidos	7 604 592,45 €	7 784 581,62 €	7 540 228,76 €	60,01%	-2,31%	3,24%
Outros proveitos / (custos) operacionais	-2 446 913,58 €	-1 878 405,69 €	-1 822 753,98 €	-19,31%	-30,27%	3,05%
	399 339,82 €	1 238 054,58 €	52 293,94 €	-3,15%	-67,74%	2267,49%
EBITDA	1 862 012,48 €	2 702 706,53 €	1 448 439,66 €	14,69%	-31,11%	86,59%
Amortizações	-1 970 240,64 €	-1 976 269,31 €	-1 844 349,78 €	15,55%	-0,31%	7,15%
Provisões	-4 217,29 €	-8 542,92 €	-8 484,64 €	0,03%		
	-1 974 457,93 €	-1 984 812,23 €	-1 852 834,42 €	15,58%	-0,52%	7,12%
EBIT - Resultado operacional	-112 445,45 €	717 894,30 €	-404 394,76 €	-0,89%	-115,66%	-277,52%
Proveitos e ganhos financeiros	675 389,26 €	640 330,56 €	673 878,79 €	5,33%	5,48%	-4,98%
Custos e perdas financeiras	-103 026,77 €	-46 691,17 €	-112 587,28 €	0,81%	120,66%	-58,53%
Resultado financeiro	572 362,49 €	593 639,39 €	561 291,51 €	-4,52%	-3,58%	-5,76%
Proveitos e ganhos extraordinários	979 713,62 €	867 548,89 €	841 695,13 €	7,73%	12,93%	3,07%
Custos e perdas extraordinárias	-1 090 610,45 €	-1 021 751,37 €	-816 826,23 €	8,61%	6,74%	25,09%
Resultado de operações extraordinárias	-110 896,83 €	-154 202,48 €	24 868,90 €	0,88%	28,08%	720,06%
Imposto sobre o rendimento						
Resultado não operacional	461 465,66 €	439 436,91 €	586 160,41 €	-3,64%	-5,01%	25,03%
Resultado líquido do exercício	349 020,21 €	1 157 331,21 €	181 765,65 €	2,75%	-69,84%	536,72%

Destaca-se, em primeiro lugar, que o decréscimo verificado no Resultado Líquido do Exercício (-69,84%) não foi afetado por operações financeiras ou por operações extraordinárias, que se mantiveram em valores próximos dos obtidos no exercício anterior, mas resulta essencialmente da atividade operacional, sendo de destacar a diferença ocorrida em Outros proveitos/custos operacionais, em Impostos e taxas e em Transferências e subsídios obtidos.

Analisando com mais detalhe estes agregados, verifica-se relativamente aos Outros proveitos/custos operacionais que, enquanto Proveitos suplementares e Outros custos e perdas operacionais apresentam valores pouco relevantes e sem alterações significativas na comparação com o exercício anterior, a conta de Transferências e subsídios correntes mostra um crescimento de 577.062,85 €.

No que respeita a Impostos e Taxas, ocorreu uma redução de 242.261,07 €, que encontra a maior parte da justificação na redução das receitas provenientes de IMI e dos restantes impostos diretos e indiretos.

Por seu lado, a diferença de -179.989,17 €, ocorrida em Transferências e subsídios obtidos, ajuda a explicar a parte restante da diferença ocorrida no Resultado operacional antes de amortizações e provisões (EBITDA) e, por conseguinte, no EBIT e no Resultado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

líquido do Exercício. As amortizações e provisões apresentaram em 2016 valores (1.974.457,93 €) muito idênticos aos verificados em 2015 (-0,52%) pelo que a evolução bienal de EBITDA e EBIT não é muito diversa.

Percorrendo as restantes contas da atividade operacional, assinala-se a redução em 2,94% dos Fornecimentos e serviços externos, a quase equivalência em Custos com o Pessoal e, também com algum significado e impacto no Resultado líquido, a redução de 4,22% registada em Vendas e prestações de serviços.

Os resultados obtidos ajudam também a considerar mais uma vez que não podem ser ignoradas as particularidades próprias do caráter diferenciado das autarquias locais comparativamente com outras organizações de finalidades lucrativas, uma vez que grande parte da atividade assumida como operacional, portanto, relevante para o resultado operacional, é em grande medida uma acumulações de ações de caráter social, através do apoio direto às associações e outras entidades de interesse coletivo, ou de iniciativas de promoção e afirmação do concelho, que só indiretamente e a médio/longo prazo geram retorno materialmente relevante registável como proveitos:

Por outro lado, o elevado volume de amortizações incorpora um vasto conjunto de amortizações em ativos que não concorrem diretamente para a formação de proveitos equilibradores do resultado operacional, mas que o afetam do lado dos custos e que, por essa razão, também produzem impacto negativo no Resultado líquido.

Pelas mesmas razões, são ainda de considerar os impactos produzidos por contas de custos como alguns Fornecimentos e serviços externos e alguns Custos com pessoal em que boa parte dos mesmos não são incorridos para satisfação de atividades produtivas geradoras de proveitos operacionais, mas simplesmente para cumprimento de obrigações de serviço público.

Como já foi referido, as operações financeiras e as operações extraordinárias não evidenciaram grandes alterações em valores absolutos, apesar das variações respetivamente, de -3,58% e +28,08%.

No caso das operações extraordinárias, que do lado dos proveitos reflete a arrecadação de receitas relativas a transferências de capital de proveniência externa (fundos comunitários) e que do lado dos custos reconhece as transferências de capital concedidas às freguesias e a outras entidades para apoio ao investimento, verificou-se uma ligeira subida dos proveitos, em 112.164,73 € e, embora menor, também um crescimento dos Custos, no montante de 68.859,08 €.

Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT acentuaram uma vez mais a evidência do quão é insuficiente a rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal vista como um todo. Como se referiu acima, a propósito da natureza de alguns custos operacionais incorridos, boa parte dos recursos utilizados na atividade municipal, geradores de custos reconhecidos na formação do resultado operacional, não são eles próprios, no todo ou em parte, geradores de proveitos operacionais.

Ou seja, há uma proporção da atividade municipal orientada para o cumprimento de fins públicos e para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

populações, que afeta o bom desempenho do resultado operacional e que não é um problema em si mesmo, mas uma consequência natural da especificidade dos municípios, de que o Município de Oliveira do Hospital não se afasta, enquanto autarquia local e entidade pública boa concretizadora das finalidades que a Constituição e as leis lhe atribuem.

Deve, por isso, ser mantida uma preocupação de ajustamento às realidades cada vez mais exigentes, designadamente em termos legais, que nos impõem a adoção de medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais, seja do lado da obtenção de poupanças na atividade quotidiana, seja também na distribuição equitativa dos deficits pelos utilizadores diretos dos diversos bens e serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, isto é, procurando de forma progressiva e sem ignorar as situações de carência social que persistem, fazer a convergência entre o custo da prestação de serviços e utilidades aos munícipes e o valor recuperado a título de taxas, tarifas e preços para os mesmos bens e serviços.

Deve finalmente referir-se que a parte marcadamente não lucrativa da atividade autárquica, relativa aos investimentos, é normalmente muito mais representativa do movimento financeiro anual do Município do que aquela que determina a obtenção de proveitos reconhecíveis na Demonstração de Resultados, situação que, pelas razões sobejamente apontadas anteriormente, não se confirmou também no exercício de 2016.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2016, no montante de 349.020,21 €, deverá ser efetuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 17.451,01 (dezassete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e um cêntimo);
- Resultados Transitados, pelo valor de 331.569,20 € (trezentos e trinta e um mil quinhentos e sessenta e nove euros e vinte cêntimos) como remanescente ao total do Resultado Líquido do Exercício.

Não se procede à aplicação de qualquer proporção do Resultado Líquido do Exercício para efeitos de reforço do Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, em virtude deste objetivo se encontrar alcançado no final do exercício de 2016.

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2016, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 10 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -

